

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARCELO MANOZZO BONIATTI

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA: ANÁLISE DA
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM O ÍNDICE
BRASIL 100 (IBRX 100) DA BOLSA DE VALORES B3**

CAXIAS DO SUL

2018

MARCELO MANOZZO BONIATTI

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA: ANÁLISE DA
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM O ÍNDICE
BRASIL 100 (IBRX 100) DA BOLSA DE VALORES B3**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Dr. Alex Eckert
Orientador TCC II: Prof. Me. Eduardo
Tomedi Leites

CAXIAS DO SUL

2018

MARCELO MANOZZO BONIATTI

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA: ANÁLISE DA
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM O ÍNDICE
BRASIL 100 (IBRX 100) DA BOLSA DE VALORES B3**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Dr. Alex Eckert
Orientador TCC II: Prof. Me. Eduardo
Tomedi Leites

Aprovado (a) em 21 / 11 / 2018

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Me. Eduardo Tomedi Leites
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof. Dr. Alex Eckert
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Dr. Fernando Luís Bertolla
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dedico este trabalho à minha família que
sempre está ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para a realização deste trabalho. Em especial a minha esposa Cássia Valquíria, companheira de todos os momentos e pelo apoio incondicional. À minha filha Nicole, que, ao buscá-la na escola, sempre perguntava se eu tinha aula; quando a resposta era sim, ficava aborrecida, mas com o tempo entendeu a importância desta etapa para mim. Ao meu pai, Roberto, pelo grande incentivo de nunca parar de estudar e aperfeiçoar meus conhecimentos. À minha mãe, Maria Elena, pela disponibilidade e por sempre estar ao meu lado. Ao meu irmão, Márcio, pela troca de ideias e debates sempre produtivos.

Agradecer também à coordenadora do curso, a Prof. Dra. Marlei Mecca, pelo incentivo quando do meu ingresso ao curso de Ciências Contábeis, e também pela dedicação e apoio durante minha gestão frente ao Diretório Acadêmico do curso. Agradecer ainda aos meus professores orientadores, Prof. Dr. Alex Eckert e Prof. Me. Eduardo Leites, pela competência e incentivo, sempre buscando o melhor para mim e dando suporte para superar as dificuldades.

Agradecer ainda aos colegas de curso, que muitos se tornaram amigos e deixaram este período de muito estudo mais leve e divertido.

“Seja você quem for, seja qual for a posição social que você tenha na vida, a mais alta ou a mais baixa, tenha sempre como meta muita força, muita determinação e sempre faça tudo com muito amor e com muita fé em Deus, que um dia você chega lá. De alguma maneira você chega lá.”

Ayrton Senna da Silva

RESUMO

A contabilidade tem como um dos seus desafios retratar a relação entre empresas e sociedade. A maneira mais eficaz de evidenciar essa relação é através das demonstrações contábeis. Uma das demonstrações que possibilita esta verificação é a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, pois permite saber como foi a geração e distribuição da riqueza das empresas. Diante disto, essa pesquisa tem como objetivo verificar como foi a distribuição de riqueza das empresas que compõem o Índice Brasil 100 (IBrX 100) da Bolsa de Valores B3 no período de 2013 a 2017 através da análise da Demonstração do Valor Adicionado – DVA. Para atingir este objetivo elaborou-se uma pesquisa documental, descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, na qual foram selecionadas 96 empresas de capital aberto listadas na B3 e divididas em dez setores econômicos. Foram feitas análises comparando como foi a distribuição do valor adicionado entre os setores, utilizando-se de quatro índices extraídos da DVA: pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprio. Verifica-se que de 2013 a 2017, em média, as empresas destinaram maior valor ao governo, seguido de pessoal, remuneração de capitais de terceiros e por último os valores destinados a remuneração de capital próprio. Nota-se ainda que houve maiores variações no ano de 2015 devido à crise econômica ocorrida no país. Percebe-se que cada setor possui distribuições diferentes, alguns possuem maior carga tributária, outros privilegiam a remuneração com pessoal, outros a remuneração de capital próprio ou de terceiros.

Palavras-chave: Demonstração do valor adicionado. Distribuição de riqueza. IBR100. B3. Índices DVA. Crise econômica. PIB.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Crescimento PIB X crescimento valor adicionado distribuído	48
Figura 2 – IPCA X crescimento valor adicionado distribuído.....	49
Figura 3 – Representatividade de cada setor na amostra.....	50
Figura 4 – Distribuição do valor adicionado por setor	51
Figura 5 – Distribuição do valor adicionado (2013 a 2017)	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo da obrigatoriedade das demonstrações contábeis.....	21
Quadro 2 – Modelo I - Demonstração do valor adicionado (empresas em geral)	24
Quadro 3 – Sugestão de indicadores para análise da DVA	29
Quadro 4 – Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa.....	34
Quadro 5 – Companhias abertas que compõem a pesquisa	36
Quadro 6 – Evidências empíricas.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação do valor adicionado no PIB nacional.....	39
Tabela 2 – Valor adicionado X PIB (%).....	39
Tabela 3 – Inflação versus crescimento valor adicionado	40
Tabela 4 – Valor adicionado por setor (em mil reais)	41
Tabela 5 – Representatividade por setor econômico	41
Tabela 6 – % do valor adicionado distribuído a pessoal por setor	42
Tabela 7 – % do valor adicionado distribuído a impostos, taxas e contribuições por setor	43
Tabela 8 – % do valor adicionado distribuído à remuneração de capitais de terceiros por setor	44
Tabela 9 – % do valor adicionado distribuído à remuneração de capitais próprios por setor	45
Tabela 10 – % do valor adicionado distribuído a outras contas	46
Tabela 11 – Distribuição do valor adicionado total por setor.....	47
Tabela 12 – Distribuição do valor adicionado total	48

LISTA DE SIGLAS

BDRs	Brazilian Depositary Receipts
BP	Balanço Patrimonial
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRCPR	Conselho Regional de Contabilidade do Paraná
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração de Fluxos de Caixa
DFP	Demonstrações Financeiras Padronizadas
DLPA	Demonstração de Lucros e Prejuízos
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DRA	Demonstração do Resultado Abrangente
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração Valor Adicionado
DVAA	Distribuição do valor adicionado aos acionistas
DVAE	Distribuição do valor adicionado aos empregados
DVAG	Distribuição do valor adicionado ao governo
DVAIF	Distribuição do valor adicionado às instituições financeiras
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IASB	International Accounting Standards Board
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBrX100	Índice Brasil 100
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano

IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRPJ	Imposto de Renda - Pessoa Jurídica
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
JCP	Juros Sobre Capital Próprio
ME	Microempresa
NE	Notas Explicativas
PDVAE	Percentual de distribuição do valor adicionado aos empregados
PDVAG	Percentual de distribuição do valor adicionado ao governo
PDVAA	Percentual de distribuição do valor adicionado aos acionistas
PDVAIF	Percentual de distribuição do valor adicionado às instituições financeiras
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PME's	Pequenas e Médias Empresas
S.A.	Sociedade Anônima
VA	Valor Adicionado
VATD	Valor Adicionado Total a Distribuir

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	14
1.2	TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	15
1.3	HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES	16
1.4	OBJETIVOS	17
1.4.1	Objetivo geral	17
1.4.2	Objetivos específicos	17
1.5	ESTRUTURA DO ESTUDO	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	CONTABILIDADE.....	19
2.2	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	20
2.3	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA	21
2.3.1	Histórico.....	21
2.3.2	Aspectos legais.....	22
2.3.3	Conceituação DVA	23
2.3.4	Estrutura da DVA	24
2.3.5	DVA como instrumento de análise	27
2.3.5.1	Análise vertical	28
2.3.5.2	Análise horizontal	28
2.3.5.3	Análise por quocientes ou índices	29
2.3.6	Evidências empíricas.....	30
3	METODOLOGIA	33
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	33
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	35
4	REALIZAÇÃO DA PESQUISA	36
4.1	APRESENTAÇÃO	36
4.2	LEVANTAMENTO DE DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	38
4.2.1	Apresentação dos resultados	38

4.2.1.1	Representatividade de cada setor econômico.....	40
4.2.1.2	Valor distribuído a pessoal – item 8.1 da DVA	42
4.2.1.3	Valor distribuído a impostos, taxas e contribuições – item 8.2 da DVA.....	43
4.2.1.4	Valor distribuído à remuneração de capitais de terceiros – item 8.3 da DVA	44
4.2.1.5	Valor distribuído à remuneração de capitais próprios – item 8.4 da DVA..	45
4.2.1.6	Valor distribuído a outras contas – item 8.5 da DVA	46
4.2.1.7	Distribuição do valor adicionado total	47
4.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
5	CONCLUSÃO	58

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Há algum tempo as empresas perceberam que seu objetivo não é meramente melhorar a última linha do balanço. De acordo com Mackey e Sisodia (2014), as empresas geram um impacto positivo muito mais amplo no mundo quando se alicerçam em um propósito maior, que vai além de apenas gerar lucros. Devem criar valor para clientes, membros da equipe, fornecedores, sociedade e investidores.

Há um apelo ao aumento da responsabilidade social por parte de governos, investidores e corporações. Muitas empresas se utilizam de demonstrativos ou relatórios para demonstrar sua responsabilidade social perante a sociedade, mas também como ferramenta para buscar novas fontes de receita e crescimento. Tanto a sobrevivência quanto o crescimento das empresas dependem em grande parte da riqueza criada por ela através dos esforços coletivos de acionistas, fornecedores de capital, funcionários e governo (RATHI, 2017).

A maneira mais eficaz de evidenciar essa relação entre empresa e sociedade é através das demonstrações contábeis. Segundo Macohon, Piccoli e Silva (2017), a Demonstração do Valor Adicionado – DVA é um instrumento importante de evidenciação contábil com fins à transparência da gestão das empresas. É a partir da DVA que as organizações evidenciam a distribuição da sua geração de riqueza, seja pela demonstração ou por notas explicativas.

De acordo com o CPC 09, a DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas. (CPC 09, 2008).

Conforme Perez Junior e Begalli (2015), pode-se extrair da DVA informações como: a contribuição da empresa na formação do Produto Interno Bruto (PIB); o nível de contribuição de uma empresa para a riqueza regional ou setorial; verificar quanto a empresa contribui em impostos ao governo; medir o nível de participação da mão de obra na geração de sua riqueza.

Dessa forma pode-se perceber a importância das informações contidas nas DVA's tanto para a empresa, mas principalmente para os usuários externos, sejam

eles investidores, governo, fornecedores, sociedade, entre outros. Assim, este estudo está direcionado na verificação de como ocorreu a distribuição da riqueza gerada pelas empresas que compõem o Índice Brasil 100 (IBrX 100) da Bolsa de Valores B3 no período de 2013 a 2017, tomando por base a análise da Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

1.2 TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

De acordo com Szuster et al. (2013), a Contabilidade é a ciência social que tem por objetivo medir, para poder informar, os aspectos quantitativos e qualitativos do patrimônio de quaisquer entidades. Seu grande produto é o provimento de informações para planejamento e controle, evidenciando informações referentes à situação patrimonial, econômica e financeira de uma empresa. Já para Santos et al. (2014), a função da Contabilidade é a de captar, registrar, acumular, estudar e interpretar (analisar) os fenômenos contábeis originados da gestão do patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas.

Patrimônio, segundo Padoveze (2017), é o conjunto de riquezas de propriedade de alguém ou de uma empresa (de uma entidade). São aqueles itens que a civilização convencionou chamar de riquezas, por serem raros, úteis, fungíveis (característica de troca), tangíveis (característica de poder ser movimentado e ser tocado fisicamente), desejáveis, etc.

A partir do momento que se estabelece as definições e objetivos da Contabilidade, é importante também saber quais os fins de uma empresa ou entidade, e Chiavenato (2007), questiona: qual o papel de uma empresa? Segundo ele, as empresas devem desempenhar vários papéis, entre eles: satisfazer uma necessidade da sociedade, do mercado ou do cliente; gerar riqueza e agregar valor; distribuir a riqueza gerada; e respeitar a natureza e colaborar com a comunidade.

Uma das formas de saber se a empresa está desempenhando seu papel é através das demonstrações contábeis, que, conforme Borinelli e Pimentel (2017), são relatórios produzidos pela Contabilidade que contêm informações econômicas e financeiras, realizadas por uma entidade, que sintetizam de forma estruturada a informação contábil para tomada de decisão. Os mesmos autores expõem, ainda, que as demonstrações contábeis visam atender às necessidades comuns de

informações de muitos usuários, que as utilizam como a principal fonte de informações econômicas e financeiras sobre a instituição.

Referente ao papel de gerar riqueza e distribuí-la, a demonstração contábil que possibilita esta verificação é a DVA. Conforme Lins e Francisco Filho (2012), a DVA apresenta para os usuários das demonstrações contábeis o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída que fica retida na empresa. Essa demonstração permite ainda avaliar os empréstimos obtidos e a carga tributária que a empresa está sendo onerada. Segundo Bazzi (2016), a DVA representa, em determinado período, o quanto uma empresa contribuiu para um dos principais indicadores econômicos de um país, o Produto Interno Bruto (PIB).

A Lei nº 11.638/07 introduziu para todas as companhias abertas, a obrigação da elaboração e divulgação da DVA. Portanto, escolheu-se para esta pesquisa empresas que compõem o IBrX 100 da Bolsa de Valores B3, ou seja, um grupo de empresas onde estão representados os 100 (cem) ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. o IBrX é um índice de bastante representatividade no mercado de capitais brasileiro, tendo sua significativa importância dentro da conjuntura econômica do país.

A questão de pesquisa que o presente estudo pretende responder é: de que forma ocorreu a distribuição de riqueza das empresas que compõem o Índice Brasil 100 (IBrX 100) da Bolsa de Valores B3 no período de 2013 a 2017, tomando por base a análise da Demonstração do Valor Adicionado – DVA?

1.3 HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES

É possível que a distribuição de riqueza analisada através da DVA varia conforme o segmento de atuação da empresa. Além disso, talvez as crises econômicas possam ter afetado tanto a geração, quanto o percentual de distribuição de riqueza (pessoal, impostos, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprio) pelas empresas.

Tais proposições estão alinhadas aos resultados encontrados de Kijewska, Bluszcz e Sojda (2015), que realizaram uma pesquisa com duas empresas metalúrgicas polonesas, onde constatou-se que o valor distribuído pelas companhias

diminui entre 2011 a 2014, acompanhando o desaceleramento do PIB da Polônia.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Verificar como foi a distribuição de riqueza das empresas que compõem o Índice Brasil 100 (IBrX 100) da Bolsa de Valores B3 no período de 2013 a 2017, através da análise da Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

1.4.2 Objetivos específicos

- Realizar levantamento bibliográfico para elaboração do referencial teórico sobre o tema.
- Apresentar quais as empresas que farão parte da pesquisa.
- Acessar a base de dados da Bolsa de Valores B3 para consulta das DVA's publicadas pelas empresas da pesquisa.
- Lançar as informações encontradas nas DVA's em planilha eletrônica.
- Demonstrar através de tabelas e gráficos os resultados obtidos.
- Analisar os resultados encontrados.

1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo é apresentada uma contextualização do tema, o tema da pesquisa e sua delimitação, assim como as hipóteses e os objetivos gerais e específicos.

No segundo capítulo é apresentado o referencial teórico, expondo alguns conceitos e funções da Contabilidade, demonstrações contábeis, dando ênfase à Demonstração do Valor Adicionado, desde sua história, aspectos legais, estrutura e sua importância para a tomada de decisão.

No capítulo três é descrita a metodologia usada para o desenvolvimento do estudo, onde estão evidenciados os diferentes aspectos metodológicos aplicados.

No quarto capítulo são apresentadas as empresas que compõem a pesquisa, os resultados obtidos e suas respectivas análises.

Por fim, no quinto capítulo, são apresentadas as conclusões geradas a partir do estudo realizado, assim como se as hipóteses apresentadas eram realmente corretas e se os objetivos foram plenamente atingidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE

Os primeiros indícios do uso da contabilidade, remontam à data de 3 mil anos a.C., obviamente com características bastante diferentes da Contabilidade que conhecemos hoje. Tem-se que destacar a grande contribuição dada pela obra do Frei Luca Pacioli de 1494, que tratava sobre o registro das partidas dobradas. A partir daí, com as mudanças sociais e econômicas, a Contabilidade teve que se adaptar às novas realidades, tanto que em 1673 o Código Comercial francês passou a exigir dos comerciantes balanços gerais a cada dois anos (SANTOS, 2003).

O mesmo autor diz que, no século XIX e início do século XX, com as transformações econômicas ocorridas, principalmente na Europa e nos Estados Unidos da América, além da mudança do cenário em que a Contabilidade estava inserida, houve mudança na forma e no tipo de usuários que utilizavam as informações oriundas da Contabilidade. Inclusive o governo passou a utilizar essas informações para fixar impostos e impor determinados tipos de práticas contábeis. A partir deste momento, a Contabilidade passou a ter grande relevância em todo cenário econômico. E com o surgimento de novas teorias, ela foi tomando vulto, evoluindo até os nossos dias (SANTOS, 2003).

Conforme Gonçalves e Baptista (2011), pode-se definir Contabilidade como a ciência que tem por objeto o estudo do Patrimônio a partir da utilização de métodos especialmente desenvolvidos para coletar, registrar, acumular, resumir e analisar todos os fatos que afetam a situação patrimonial de uma pessoa. Portanto, o objeto da contabilidade é o Patrimônio, tendo como finalidade registrar os fatos e produzir informações que possibilitem à entidade o planejamento e controle de suas ações.

Segundo Marion e Reis (2003), a função primordial da Contabilidade é a de fornecer a cada um de seus usuários informações estruturadas para a tomada de decisão, com a segurança da origem da informação.

Quem são os usuários dessas informações contábeis? De acordo com Favero et al. (2011), os usuários são as pessoas ou entidades que necessitam de alguma informação contábil para tomarem decisões, podendo ser classificados em usuários internos e externos. Os usuários internos são aqueles que trabalham na

empresa e ocupam cargos que requerem a tomada de decisões. Já os usuários externos são aqueles que não possuem relação de trabalho com a empresa, mas necessitam de informações para a tomada de decisões.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstrações Contábeis podem ser denominadas também de demonstrações financeiras. Elas são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade (RIBEIRO, 2014a).

As demonstrações têm como objetivo fornecer informações de uma entidade que contemplem, ao menos:

- a) a sua posição patrimonial e financeira atual, evidenciando a natureza e os montantes dos recursos econômicos da entidade, bem como as reivindicações contra a entidade com suas respectivas prioridades de pagamentos;
- b) o seu desempenho, ou seja, o resultado econômico de determinado período, bem como o retorno que a entidade produziu sobre os investimentos que nela foram feitos;
- c) as mudanças no seu fluxo financeiro (de caixa) em determinado período, além dos fluxos de caixa futuros resultantes diretamente de recursos econômicos existentes (contas a receber, por exemplo), evidenciando como a entidade constitui e despende caixa;
- d) a sua performance financeira;
- e) a natureza e o montante dos recursos disponíveis para uso nas suas operações;
- f) os efeitos das transações e outros eventos, ou seja, as mutações ocorridas nas diversas contas que compõem o patrimônio, quais sejam os recursos econômicos e as reivindicações;
- g) os resultados da atuação da administração na gestão da entidade;
- h) a capacitação da administração na prestação de contas dos recursos que lhe foram confiados (BORINELLI; PIMENTEL, 2017, p.15).

As principais Demonstrações Contábeis são: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC); Demonstração do Valor Adicionado (DVA); Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA) e notas explicativas.

No Quadro 1, demonstra-se a obrigatoriedade das demonstrações acima mencionadas para cada tipo de empresa.

Quadro 1 – Resumo da obrigatoriedade das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL	ME E EPP	PME'S	EMPRESAS EM GERAL	S.A. DE CAPITAL ABERTO
BALANÇO PATRIMONIAL (BP)	Obrigatória	Obrigatória	Obrigatória	Obrigatória
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)	Obrigatória	Obrigatória	Obrigatória	Obrigatória
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (DRA)	Facultativa	Pode ser substituída pela DLPA	Obrigatória	Obrigatório
DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS (DLPA)	Facultativa	Facultativa (obrigatória se substituir a DRA ou DMPL)	Facultativa	Facultativa
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)	Facultativa	Pode ser substituída pela DLPA	Obrigatória	Obrigatória
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)	Facultativa	Obrigatória	Obrigatória	Obrigatória
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)	Facultativa	Facultativa	Facultativa	Obrigatória
NOTAS EXPLICATIVAS (NE)	Obrigatória	Obrigatória	Obrigatória	Obrigatória

Fonte: Adaptado de CRCPR (2013).

Observa-se, através do Quadro 1, que a DVA somente é obrigatória para empresas de capital aberto. Porém, segundo Silva (2017), as empresas, em especial as de capital aberto, vivem momentos muito delicados, em que a sombra de escândalos contábeis e financeiros tenta ofuscar a credibilidade da sociedade em relação às demonstrações contábeis publicadas. Para contornar a falta de credibilidade, muitas empresas elaboram e publicam demonstrações e informações contábeis não obrigatórias, buscando o status de empresa transparente, entre elas o Balanço Social, relatórios sobre custos, relatórios de sustentabilidade, entre outros.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

2.3.1 Histórico

Apesar de haver referências no século XVIII sobre o tema valor adicionado, de acordo com Riahi-belkaoui (2010), este conceito ganhou mais atenção por volta dos anos 70 em vários países europeus e Estados Unidos. Em agosto de 1975, a *Accounting Standards Steering Committee* (atualmente *Accounting Standard*

Committee) publicou um documento de discussão, mostrando que os benefícios dos esforços de uma empresa são compartilhados pelos funcionários, o estado e os financiadores de capital (próprio e terceiros). A partir deste documento, houve um grande número de empresas elaborando esse relatório, inclusive com o apoio de movimentos trabalhistas, que viam o relatório como um bom meio de informação para determinação de salários e recompensas.

No Brasil, a DVA surgiu como parte integrante do Balanço Social, o qual teve seus primeiros relatórios publicados no final da década de 80 e início da década de 90. O Balanço Social surgiu para atender às necessidades de informação dos usuários da contabilidade no campo social. Através dele pode-se verificar a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo e, principalmente, avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade (LUCA, 1998).

Por incentivo da CVM, no início da década de 90, a DVA já vinha sendo elaborada e divulgada pelas principais sociedades anônimas de capital aberto (RIBEIRO, 2014a).

2.3.2 Aspectos legais

Antes de se tornar obrigatória para companhias abertas, a DVA era incentivada e sua divulgação apoiada tanto pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio do Parecer de Orientação CVM nº 24/92, quanto pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado (MARTINS et al., 2013).

A partir de 2008, ela passou a ser obrigatória para as companhias abertas, conforme a Lei nº 11.638 de 2007, a qual alterou Lei nº 6.404/76, que diz:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício; e

IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.

IV – demonstração dos fluxos de caixa; e (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

Além disso, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, que tem como objetivo: estabelecer critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA. Esta representa um dos elementos componentes do Balanço Social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição durante determinado período (CPC 09, 2008).

De acordo com Velter e Missaglia (2015), a DVA não é prevista em qualquer pronunciamento do IASB – *International Accounting Standards Board*, mas pela relevância de suas informações foi introduzida de forma obrigatória para as companhias abertas. Sugere-se, pela sua importância, que as demais empresas também a adotem.

Os mesmos autores mencionam ainda que o objetivo de inserir a DVA no contexto das demonstrações obrigatórias para as companhias abertas não encontra guarida na harmonização da legislação pátria às normas internacionais, mas, sobretudo, por uma necessidade nacional de se conhecer como as empresas se inserem em nossa sociedade e como partilham com o desenvolvimento geral da nação.

2.3.3 Conceituação DVA

Conforme Ribeiro (2014a), a DVA é um relatório contábil que evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, isto é, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, Governo, acionistas, financiadores de capital), bem como a parcela da riqueza não distribuída, que foi retida pela empresa.

Segundo Crepaldi (2013), a DVA proporciona para seus usuários o conhecimento de informações de natureza econômica e social, além de oferecer a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida.

De acordo com Luca (1998), a DVA traz uma visão diferente das demais demonstrações contábeis. Enquanto essas demonstrações preocupam-se em evidenciar qual o lucro da empresa, a DVA mostra um conjunto de informações de natureza econômica, que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.

2.3.4 Estrutura da DVA

O CPC 09 indica alguns modelos para apresentação da DVA. A seguir, apresenta-se o modelo de DVA utilizado para as empresas em geral.

Quadro 2 – Modelo I - Demonstração do valor adicionado (empresas em geral)

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Fonte: CPC (2009).

As informações apresentadas na DVA estão divididas em duas partes: na primeira parte, itens 1 a 7, é apresentada a riqueza criada pela entidade; na segunda parte (item 8), é apresentada como essa riqueza foi distribuída.

Na geração de riquezas, relacionados na primeira parte da DVA, tem-se, de acordo com Guesser, Fedrigo e Einsweiller (2018), os seguintes conceitos:

1) Receitas: inclui venda de mercadorias, produtos e serviços; outras receitas e provisão para créditos de liquidação duvidosa, incluindo os valores relativos à constituição desta provisão. Nos dois primeiros itens, incluem-se os tributos incidentes sobre as receitas.

2) Insumos adquiridos de terceiros: neste item incluem-se valores das matérias primas adquiridas de terceiros, contidas no custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços prestados. Também devem constar valores relativos às despesas originadas da utilização de materiais, energia e serviços de terceiros. Além disso, deve-se agregar neste item depreciação, amortização e exaustão, além de perda e recuperação de valores ativos.

3) Valor Adicionado Bruto: resultante da diferença entre o valor das receitas e o valor dos insumos consumidos para a geração destas receitas.

4) Depreciação, amortização e exaustão: inclui a despesa ou o custo contabilizado no período.

5) Valor Adicionado Líquido: valor agregado pela empresa ao produto ou serviço vendido, já descontados os consumos intermediários e a depreciação. É o resultado da subtração do item 3 – item 4.

6) Valor Adicionado recebido em transferência: neste item inclui o resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras, como juros e descontos, além de variações cambiais ativas e, outras receitas, como aluguéis, direitos de franquias, dentre outros.

7) Valor Adicionado: riqueza gerada durante o período. Representa o valor adicionado a distribuir. É a soma dos itens 5 + 6.

8) Distribuição do valor adicionado: mesmo valor que o item 7.

Já a segunda parte da DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída. Os principais componentes dessa distribuição de acordo com o CPC 09 (2008), são os seguintes:

Pessoal: valores apropriados ao custo e ao resultado do exercício na forma de:

- Remuneração direta: representada pelos valores relativos a salários, 13º salário, honorários da administração, férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados, etc.
- Benefícios: representados pelos valores relativos à assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria, etc.
- FGTS: representado pelos valores depositados em conta vinculada dos empregados.

Impostos, Taxas e Contribuições: valores relativos ao Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro, contribuições ao INSS (incluídos aqui os valores do Seguro de Acidentes do Trabalho) que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e as contribuições as quais a empresa esteja sujeita. Para os impostos compensáveis, tais como ICMS, IPI, PIS e COFINS, devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos, e representam a diferença entre os impostos e as contribuições incidentes sobre as receitas e os respectivos valores incidentes sobre os itens considerados como “insumos adquiridos de terceiros”.

- Federais: incluem os tributos devidos à União, inclusive aqueles que são repassados, no todo ou em parte, aos Estados, aos Municípios, às Autarquias, etc., tais como IRPJ, CSLL, IPI, CIDE, PIS, COFINS. Incluem também a contribuição sindical patronal.
- Estaduais: incluem os tributos devidos aos Estados, inclusive aqueles que são repassados, no todo ou em parte, aos Municípios, às Autarquias, etc., tais como o ICMS e o IPVA.
- Municipais: incluem os tributos devidos aos Municípios, inclusive aqueles, que são repassados, no todo ou em parte, às Autarquias ou a quaisquer outras entidades, tais como o ISS e o IPTU.

Remuneração de Capitais de Terceiros: valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital.

- Juros: incluem as despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas, relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos. Incluem os valores que tenham sido capitalizados no período.

- Aluguéis: incluem os aluguéis (inclusive as despesas com arrendamento operacional) pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos.
- Outras: incluem outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como royalties, franquia, direitos autorais, etc.

Remuneração de Capitais Próprios: valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas.

- Juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos: incluem os valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período, ressalvando-se os valores dos JCP transferidos para conta de reserva de lucros. Devem ser incluídos apenas os valores distribuídos com base no resultado do próprio exercício, desconsiderando-se os dividendos distribuídos com base em lucros acumulados de exercícios anteriores, uma vez que já foram tratados como “lucros retidos” no exercício em que foram gerados.
- Lucros retidos e prejuízos do exercício: incluem os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, inclusive os JCP quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deve ser incluído com sinal negativo. As quantias destinadas aos sócios e acionistas na forma de JCP, independentemente de serem registradas como passivo (JCP a pagar) ou como reserva de lucros, devem ter o mesmo tratamento dado aos dividendos no que diz respeito ao exercício a que devem ser imputados.

2.3.5 DVA como instrumento de análise

Conforme Lins e Francisco Filho (2012), a análise das demonstrações contábeis é de suma importância no processo decisório das empresas, constituindo-se um relevante instrumento de avaliação de desempenho, oferecendo indicadores das perspectivas econômicas e financeiras. Pode ser vista sobre dois prismas: fornecer feedback necessário ao exame da eficácia das decisões tomadas no passado e da eficiência com que elas foram executadas, ou permitir a criação de cenários e a formação de expectativas associadas ao desempenho econômico e financeiro no futuro. A análise conduz à estimativa do potencial de criação de valor,

convertendo-se num poderoso instrumento de apoio à tomada de novas decisões e a reformulação das estratégias empresariais.

Os mesmos autores colocam que se pode utilizar diversos instrumentos de análise tendo como base as demonstrações contábeis. Sempre que possível, é interessante utilizar no mínimo três ou quatro exercícios sociais para possibilitar uma avaliação das tendências passadas da empresa. Os principais tipos de análises são: análise vertical, análise horizontal e a análise através de indicadores, índices ou quocientes.

2.3.5.1 Análise vertical

De acordo com Ribeiro (2014b), análise vertical é aquela por meio da qual se compara cada um dos elementos do conjunto em relação ao total do conjunto. Ela evidencia a porcentagem de participação de cada elemento no conjunto. O principal objetivo da análise vertical é mostrar a importância de cada conta na demonstração financeira a que pertence.

Para Marques, Carneiro Júnior e Kühl (2015), a análise vertical na DVA tem sido a abordagem mais frequente encontrada na avaliação desta demonstração.

2.3.5.2 Análise horizontal

Análise horizontal, segundo Ribeiro (2014b), tem por finalidade evidenciar a evolução dos itens das demonstrações financeiras ao longo dos anos. Através dela é possível visualizar a evolução ou a regressão de cada item da demonstração em questão.

De acordo com Marques, Carneiro Júnior e Kühl (2015), a análise horizontal pressupõe uma série histórica de dados que inicia com um índice-base, de modo a servir de referência. Os autores expõem ainda que essa abordagem requer a padronização dos relatórios financeiros da companhia, o que com as frequentes alterações nas práticas contábeis e períodos de inflação prejudicam este tipo de análise.

2.3.5.3 Análise por quocientes ou índices

Segundo Perez Junior e Begalli (2015), índice é a relação entre contas ou grupos de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa. Os índices estabelecem relações entre duas grandezas, facilitando o trabalho de análise, uma vez que a apreciação de certas relações ou percentuais é mais relevante que a observação de montantes por si só.

Existem diversos indicadores ou quocientes para se analisar na DVA, entre eles destaca-se os apresentados no quadro 3:

Quadro 3 – Sugestão de indicadores para análise da DVA

Indicador	Fórmula	Conceito
Percentual de distribuição do valor adicionado aos empregados (PDVAE)	$PDVAE = \frac{DVAE}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para avaliar o percentual do valor adicionado total a distribuir, que foi destinado aos empregados.
Percentual de distribuição do valor adicionado ao governo (PDVAG)	$PDVAG = \frac{DVAG}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para avaliar o percentual do valor adicionado total a distribuir, que foi destinado ao governo.
Percentual de distribuição do valor adicionado aos acionistas (PDVAA)	$PDVAA = \frac{DVAA}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para avaliar o percentual do valor adicionado total a distribuir, que foi destinado aos acionistas.
Percentual de distribuição do valor adicionado às instituições financeiras (PDVAIF)	$PDVAIF = \frac{DVAIF}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para avaliar o percentual do valor adicionado total a distribuir, que foi destinado às instituições financeiras.

Fonte: Adaptado de Almeida et al. (2009).

Conforme Martins et al. (2013), é possível analisar a DVA isoladamente, em conjunto com outras demonstrações contábeis ou, ainda, comparando-a com as de empresas do mesmo setor ou região.

Os referidos autores sustentam ainda que as informações contidas na DVA são úteis para entender a relação da empresa com a sociedade por meio da sua participação na formação de riqueza e no modo como a distribui. Essa compreensão é possível por meio da análise de quocientes ou indicadores de geração de riqueza

e de distribuição de riqueza.

2.3.6 Evidências empíricas

Já foram realizados diversos estudos sobre o tema Demonstração do Valor Adicionado. A seguir são demonstrados alguns dos resultados encontrados por estes estudos.

A pesquisa de Klöppel, Schnorrenberger e Lunkes (2013), que analisou as DVA's de 36 empresas da B3 no período de 2007 a 2009, demonstra que 3 dos 5 setores analisados (Construção e Transporte, Financeiros e Outros, Materiais Básicos, Telecomunicações e Utilidade Pública) destinaram a maior parte do valor adicionado ao governo. Demonstram ainda que, no geral, as empresas destinaram 39,0% para o governo, 25,1% para a remuneração de capital próprio, 18,8% para a remuneração de capital de terceiros e 17,1% para remuneração de colaboradores.

O estudo de Lancia et al. (2017), que analisou a DVA de 127 empresas listadas na B3, em 2014 e 2015, constatou que, apesar da crise econômica de 2015, não houve mudanças na destinação das riquezas em sua maioria. Observou-se, entretanto, o aumento da dependência de recursos de capitais de terceiros, demonstrando a necessidade de captação de recursos externos. Os mesmos autores evidenciam que houve uma diminuição para capitais próprios na maioria dos casos. Outros achados deste estudo demonstram que o setor que mais destinou valor para capitais próprios foi o Financeiro e outros; para impostos, o setor de Telecomunicações e Utilidade Pública; e para o item pessoal, foi o setor de Tecnologia da Informação, Bens Industriais e Consumo Cíclico.

De acordo com a pesquisa de Grecco et al. (2010), que estudou as DVA's de 2010 das 40 maiores empresas listadas na B3, considerando o capital social, o setor que mais gerou valor adicionado foi o de energia, sendo que a Petrobrás representa 89% do valor adicionado deste setor. A mesma pesquisa evidencia que o principal beneficiado na distribuição do valor adicionado foi o governo, com 36% do valor total distribuído.

A pesquisa de Guessier, Fedrigo e Einsweiller (2017), que analisou 23 empresas catarinenses listadas na B3 no período de 2010 a 2015, demonstra que houve oscilação na participação destas empresas na formação do PIB de Santa Catarina. Verifica ainda que o valor distribuído a pessoal se destaca perante os

demais, e a remuneração de capitais próprios é a que menos recebe valor adicionado.

De acordo com o estudo de Corsi (2016), que observou quatro instituições financeiras, sendo elas, o Banco do Brasil S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A. e Bannisul, nos anos de 2010 a 2014, constatou que há uma alta remuneração de capitais próprios, uma significativa remuneração de pessoal, uma pequena remuneração de capitais de terceiros e uma carga tributária abaixo da média nacional brasileira.

A pesquisa de Santos et al. (2013) analisou 155 empresas no período de 1996 a 2002 e 320 empresas no período de 2003 a 2009, e constatou que a carga tributária é muito elevada no país, com as empresas da amostra distribuindo ao governo entre 45 e 49 por cento do seu valor adicionado. No primeiro período de análise, a ordem de distribuição foi: governo, capital de terceiros, pessoal e capital próprio. Já no segundo período de análise, a ordem foi: governo, capital próprio, capital de terceiros e, por último, valor destinado a pessoal.

O estudo de Almeida e Silva (2014) pesquisou 29 empresas que publicaram seus balanços em 2011 no jornal Valor Econômico, o qual constatou que, neste ano, essas empresas destinaram, em média, 52,32% ao governo, seguido de remuneração de capital próprio, com 16,81%. Remuneração de capital de terceiros e pessoal aparecem na sequência, com 16,26% e 14,61%, respectivamente.

Tinoco et al. (2011) analisaram 40 empresas de capital aberto, durante o período de 2005 a 2007, e verificaram que estas empresas destinaram, neste período, 37 a 39% para o governo e entre 27 e 29% para pessoal. Já remuneração de capital próprio e capital de terceiros receberam entre 22 a 24% e entre 7 e 11%, respectivamente.

A pesquisa de Follmann, Paiva e Soares (2011), que analisou 90 empresas do Novo Mercado da B3 nos anos de 2008 e 2009, demonstrou que, em 2008, a maioria das empresas destinou maior valor ao item pessoal e, em 2009, o item mais representativo foi Impostos, Taxas e Contribuições. Os mesmos autores demonstram ainda que em uma análise setorial, tanto no exercício de 2008 quanto 2009, a maior parte dos setores teve como item mais representativo o item Impostos, Taxas e Contribuições.

Conforme o estudo de Nunes, Ferreira e Araújo (2016), onde foram analisadas as DVA's das 5 maiores empresas de cada setor, segundo a Revista

Exame, Maiores e Melhores de 2015, totalizando 56 empresas, os resultados demonstram que o grupo que mais recebeu destinação, em 2014, foi o de Pessoal. Em 2015, a maior destinação foi para o grupo de Remuneração de Capitais de Terceiros. Destaca-se ainda que o setor que mais gerou riqueza no biênio 2014-2015 foi o de Energia. O setor de Indústria Digital, ao contrário, foi o que menos gerou riqueza.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa, no que se refere aos procedimentos técnicos, é de caráter documental. Segundo Farias Filho e Arruda Filho (2015), pode-se definir pesquisa documental aquela elaborada a partir de material que não recebeu tratamento analítico ou que pode ser reelaborado. Nessa tipologia, a fonte de dados e de informações são os documentos. Assim, esse tipo de pesquisa pode ser meio (mais uma dentre tantas fontes de evidências) e fim (única fonte de evidência para responder às questões e alcançar os objetivos).

Segundo Gil (2017), a pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e se utiliza de dados já existentes. A modalidade mais comum de documento é a constituída por um texto escrito em papel, mas estão se tornando cada vez mais frequentes os documentos eletrônicos. O autor ainda cita os documentos mais utilizados neste tipo de pesquisa, entre eles: documentos institucionais, mantidos em arquivos de empresas, órgãos públicos e outras organizações; documentos pessoais, como cartas e diários; material elaborado para fins de divulgação, como folders, catálogos e convites; documentos jurídicos, como certidões, escrituras, testamentos e inventários; e registros estatísticos. Nesta pesquisa serão utilizadas as DVA's apresentadas pelas empresas selecionadas para análise, justificando o caráter de pesquisa documental.

Quanto aos objetivos, trata-se de pesquisa descritiva. Conforme Farias Filho e Arruda Filho (2015), a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Na maioria das vezes, são usadas técnicas padronizadas de coleta de dados por meio de questionário, formulário e observação sistemática.

Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007), a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características.

Em relação a abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa predominantemente qualitativa. Conforme Rodrigues (2007), uma pesquisa qualitativa é aquela, que, predominantemente, pondera, analisa e interpreta dados

relativos à natureza dos fenômenos, sem que os aspectos quantitativos sejam a lógica que conduz o fio do seu raciocínio, a linguagem que expressa as suas razões. O autor conclui dizendo que pesquisa qualitativa é a denominação dada à pesquisa que se vale da razão discursiva. Esta pesquisa também pode ser enquadrada como pesquisa quantitativa, que segundo Farias Filho e Arruda Filho (2015), é aquela que parte de uma visão quantificável, normalmente, utilizando recursos e técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc.).

Quadro 4 – Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa

PESQUISA QUALITATIVA	PESQUISA QUANTITATIVA
Caráter subjetivo.	Caráter objetivo.
Discute, correlaciona, interpreta situações, fatos, opiniões e conclui valores através de análise coerente.	Quantifica, coleta e trata dados obtidos através do uso de técnicas numéricas e/ou estatísticas de amostragem, população etc.
Analisa e apresenta resultados predominantemente no formato de texto corrido – ideias, observação, comparação, análise.	Analisa e apresenta resultados através de tabelas, gráficos – números para serem analisados posteriormente.
Desenvolve uma teoria; faz interpretações individuais, narrativas, relata experiências, identifica expectativas, frustrações, motivos.	Testa uma teoria; usa análises estatísticas para abranger grandes grupos.
Procura particularidades, qualidade.	Procura generalizações, quantidades.
Pesquisador participa do processo.	Pesquisador atua remotamente.
Pesquisador participa, compreende e interpreta	Pesquisador descreve, explica e prediz

Fonte: Michel (2015).

Conforme Michel (2015), a pesquisa quantitativa e a qualitativa não se excluem. Um dado estatístico pode conferir mais robustez a uma análise qualitativa, assim como uma análise crítica de um dado pode auxiliar a dar confiabilidade aos resultados estatísticos obtidos. Ambos devem sinergicamente se complementar, sem associar processos e questões metodológicas dos métodos quantitativos exclusivamente às ciências exatas, biológicas e naturais, ou os métodos qualitativos ao pensamento interpretativo ou às ciências humanas e sociais.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada no site da Bolsa de Valores B3, na seção dos relatórios financeiros onde estão as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP. Após acessar as informações, as mesmas foram lançadas e tabuladas em planilha eletrônica.

Após concluída esta etapa, foram elaborados gráficos e tabelas dinâmicas que possibilitaram a análise detalhada destes dados. A análise foi feita com base em indicadores e evolução histórica das informações encontradas anteriormente conforme embasamento teórico e de acordo ao objetivo e à questão de pesquisa.

4 REALIZAÇÃO DA PESQUISA

4.1 APRESENTAÇÃO

As empresas selecionadas para fazer parte desta pesquisa são as que compõem o Índice Brasil 100 (IBrX100), que tem como objetivo ser o indicador de desempenho médio dos 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro.

O IBrX 100 é composto de ações de companhias listadas na B3, que atendem aos critérios de inclusão descritos no Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da B3. Não estão incluídos nesse universo BDRs e ativos de companhias em recuperação judicial ou extrajudicial, regime especial de administração temporária, intervenção ou que sejam negociados em qualquer outra situação especial de listagem (B3, 2018a).

O IBrX 100 é um índice trimestral. Para esta pesquisa, escolheu-se a carteira de maio a agosto de 2018. Destes 100 (cem) ativos, 96 (noventa e seis) formam a base de dados da pesquisa, pois empresas como Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, Banco Bradesco S.A., Centrais Elet. Bras. S.A. – Eletrobrás, e Lojas Americanas S.A. possuem dois ativos cada na composição do índice.

O Quadro 5 mostra as empresas selecionadas, e o setor econômico a qual pertencem, de acordo com a classificação da B3.

Quadro 5 – Companhias abertas que compõem a pesquisa (continua)

Setor Econômico	Quant.	Companhias selecionadas
Bens Industriais	10	Azul S.A., CCR S.A., Ecorodovias Infraestrutura E Logística S.A., Embraer S.A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., Marcopolo S.A., Randon S.A. Implementos E Participações, Rumo S.A., Valid Soluções S.A. e Weg S.A.
Consumo Cíclico	18	Arezzo Indústria E Comércio S.A., B2W - Companhia Digital, Cia Hering, CVC Brasil Operadora E Agência De Viagens S.A., Cyrela Brazil Realty S.A. Empreend. E Part., Estácio Participações S.A., EZ TEC Empreend. E Participações S.A., Iochpe Maxion S.A., Kroton Educacional S.A., Localiza Rent a Car S.A., Lojas Americanas S.A., Lojas Renner S.A., Magazine

		Luiza S.A., MRV Engenharia E Participações S.A., Multiplus S.A., SER Educacional S.A., Smiles Fidelidade S.A. e Via Varejo S.A.
Consumo não Cíclico	10	Ambev S.A., Atacadão S.A., BRF S.A., Cia Brasileira De Distribuição, JBS S.A., M.Dias Branco S.A. Ind Com De Alimentos, Marfrig Global Foods S.A., Minerva S.A., Natura Cosméticos S.A. e São Martinho S.A.
Financeiro e Outros	16	B3 S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Do Brasil S.A., Banco Do Estado Do Rio Grande Do Sul S.A., BB Seguridade Participações S.A., Bco Santander (Brasil) S.A., BR Malls Participações S.A., Cielo S.A., Iguatemi Empresa De Shopping Centers S.A, IRB - Brasil Resseguros S.A., Itaú Unibanco Holding S.A., Itausa Investimentos Itaú S.A., Multiplan – Empreend. Imobiliários S.A., Porto Seguro S.A., Sul América S.A. e WIZ Soluções E Corretagem De Seguros S.A.
Materiais Básicos	11	Bradespar S.A., Braskem S.A., Cia Siderúrgica Nacional, Duratex S.A., Fibria Celulose S.A., Gerdau S.A., Klabin S.A., Metalúrgica Gerdau S.A., Suzano Papel E Celulose S.A., Usinas Sid De Minas Gerais S.A.- Usiminas e Vale S.A.
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	4	COSAN S.A., Petrobras Distribuidora S/A, Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras e Ultrapar Participações S.A.
Saúde	5	Fleury S.A., Hypera S.A., Odontoprev S.A., Qualicorp Consultoria E Corretora De Seguros S.A. e Raia Drogasil S.A.
Tecnologia da Informação	2	LINX S.A. e TOTVS S.A.
Telecomunicações	2	Telefônica Brasil S.A. e Tim Participações S.A.
Utilidade Pública	18	AES Tiete Energia S.A., Alupar Investimento S/A, Centrais Elet. Bras. S.A. – Eletrobras, CESP - Cia Energética De São Paulo, CIA Energética De Minas Gerais – Cemig, CIA Paranaense De Energia – Copel, CIA Saneamento Básico Est São Paulo, CIA Saneamento De Minas Gerais - Copasa MG, CIA

		Saneamento Do Paraná – Sanepar, CPFL Energia S.A., CTEEP - Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista, EDP - Energias Do Brasil S.A., Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo S.A., Energisa S.A., Engie Brasil Energia S.A., Equatorial Energia S.A., Light S.A. e Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A.
TOTAL	96	

Fonte: Elaborado pelo autor.

A B3 criou esta classificação setorial com os seguintes propósitos: fornecer uma identificação mais objetiva dos setores de atuação das empresas, já a partir do primeiro nível da estrutura; permitir uma visão sobre empresas que, embora com atividades diferentes, atuem em estágios similares da cadeia produtiva ou com produtos/serviços relacionados e tendam a responder de forma semelhante às condições econômicas; facilitar a localização dos setores de atuação das empresas negociadas; e aproximar-se de critérios utilizados pelo mercado financeiro nacional e internacional. (B3, 2018b).

4.2 LEVANTAMENTO DE DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A coleta dos dados extraídos das DVA's foi feita através do acesso ao site da B3. No site, foram seguidos os seguintes passos: home, produtos e serviços, negociação, renda variável, ações, empresas listadas, relatórios financeiros, Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, histórico e, por fim, DVA e os anos a que a pesquisa se refere.

Os dados extraídos das DVA's foram: valor total a distribuir (item 8 da DVA), pessoal (item 8.1 da DVA), impostos, taxas e contribuições (item 8.2 da DVA), remuneração de capitais de terceiros (item 8.3 da DVA), remuneração de capitais próprios (item 8.4 da DVA) e outros (item 8.5 da DVA).

4.2.1 Apresentação dos resultados

Antes de demonstrar os resultados obtidos para atingir o objetivo desta pesquisa, é necessário contextualizar a geração de valor adicionado com alguns indicadores econômicos, tais como PIB e IPCA.

Segundo Chagas (2013), a DVA quantifica, de maneira detalhada, os recursos que a entidade adicionou ao Produto Interno Bruto (PIB) do país em determinado período.

A Tabela 1 evidencia, portanto, quanto as empresas da pesquisa contribuíram para a formação do PIB nacional nos anos de 2013 a 2017.

Tabela 1 – Participação do valor adicionado no PIB nacional
(valores em mil reais)

ANO	PIB	VA	%
2013	5.331.619.000	724.550.059	13,59%
2014	5.778.953.000	768.389.917	13,30%
2015	6.000.570.460	832.788.122	13,88%
2016	6.266.894.736	943.636.462	15,06%
2017	6.559.900.000	985.136.292	15,02%

Fonte: IBGE (2018a) e Dados da Pesquisa.

Segundo o CEMPRE (Cadastro Central de Empresas), o Brasil possuía no ano de 2016, 5.050.615 (cinco milhões, cinquenta mil e seiscentas e quinze) de empresas e outras organizações formalmente constituídas e registradas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) (IBGE, 2018b).

As empresas desta pesquisa representam 0,002% do número total de empresas do Brasil. Porém, conforme ilustra a Tabela 1, elas representaram, em 2016 para a formação do PIB, 15,06%. Isso demonstra a relevância da amostra escolhida, para a devida análise, de como é distribuído o valor adicionado das empresas.

Na Tabela 2 é apresentada a evolução do PIB nacional e o crescimento do valor adicionado no período de 2014 a 2017.

Tabela 2 – Valor adicionado X PIB (%)

ANO	PIB	Crescimento VA
2014	8,39%	6,05%
2015	3,83%	8,38%
2016	4,44%	13,31%
2017	4,68%	4,40%

Fonte: IBGE (2018a) e Dados da Pesquisa.

Pode-se observar nesta tabela que, em 2014, o crescimento do PIB foi maior que o crescimento do valor adicionado total das empresas da pesquisa. Já em 2015 e 2016, o crescimento do valor adicionado foi maior que o PIB. Em 2017, os valores são praticamente iguais, com o PIB crescendo ligeiramente mais que a riqueza gerada pelas empresas da pesquisa.

Além de comparações com o PIB, pode-se comparar o crescimento do valor adicionado com a inflação do país. Neste estudo, optou-se pelo uso do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que, segundo o IBGE (2018c), é um índice medido mensalmente e foi criado para medir a variação de preços do consumidor do mercado para o consumidor final, representando o índice oficial da inflação no Brasil.

A Tabela 3 demonstra como foi a inflação no Brasil, calculada através do índice IPCA, e de quanto foi o crescimento do valor adicionado de 2014 a 2017.

Tabela 3 – Inflação *versus* crescimento valor adicionado

ANO	IPCA	Crescimento VA
2014	6,41%	6,05%
2015	10,67%	8,38%
2016	6,29%	13,31%
2017	2,95%	4,40%

Fonte: IBGE (2018c) e Dados da Pesquisa.

Observa-se que, em 2014 e 2015, o crescimento do valor adicionado ficou abaixo da inflação. Cabe ressaltar que, de acordo com o IBGE, a inflação de 2015 foi a maior registrada desde 2002. Já nos dois anos subsequentes, 2016 e 2017, o crescimento do valor adicionado foi superior ao IPCA.

4.2.1.1 Representatividade de cada setor econômico

Faz-se necessário demonstrar o quanto cada setor contribuiu na formação do valor adicionado total da amostra e quanto cada um dos dez setores pesquisados representa no total da amostra. A Tabela 4 demonstra o quanto cada setor econômico gerou de valor adicionado no período de 2013 a 2017. Os valores estão representados por mil reais.

Tabela 4 – Valor adicionado por setor (em mil reais)

Setor Econômico	2013	2014	2015	2016	2017
Bens Industriais	24.709.137	27.125.418	33.565.637	36.616.092	36.535.996
Consumo Cíclico	30.161.202	34.941.140	36.417.252	37.236.495	40.775.122
Consumo não cíclico	90.956.136	115.566.731	142.264.974	120.925.655	123.557.093
Financeiro e Outros	152.399.881	182.673.791	171.377.036	230.505.701	225.895.099
Materiais Básicos	108.978.382	96.953.216	58.531.485	76.054.844	116.241.419
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	199.947.957	177.206.579	199.596.657	226.743.919	251.811.736
Saúde	5.718.885	6.298.280	7.739.441	9.748.699	9.583.671
Tecnologia da Informação	1.388.496	1.620.694	1.730.795	1.942.480	2.008.859
Telecomunicações	36.938.551	38.205.734	45.453.744	45.002.931	43.637.446
Utilidade Pública	73.351.432	87.798.334	136.111.101	158.859.646	135.089.851
TOTAL	724.550.059	768.389.917	832.788.122	943.636.462	985.136.292

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Percebe-se, através da Tabela 4, que apenas dois dos dez setores analisados possuem crescimento constante na geração de valor adicionado no período, sendo eles: Consumo Cíclico e Tecnologia da Informação. Os demais setores possuem oscilação, por vezes maiores, por vezes menores com relação ao ano anterior, não sendo observado um padrão de crescimento durante o período analisado.

Já a Tabela 5 mostra quanto representa cada setor sobre o total do valor adicionado gerado pelas 96 empresas da amostra no período de 2013 a 2017.

Tabela 5 – Representatividade por setor econômico

Setor Econômico	2013	2014	2015	2016	2017	Média	Desvio Padrão
Bens Industriais	3%	4%	4%	4%	4%	3,71%	0,25%
Consumo Cíclico	4%	5%	4%	4%	4%	4,23%	0,23%
Consumo não cíclico	13%	15%	17%	13%	13%	14,01%	2,01%
Financeiro e Outros	21%	24%	21%	24%	23%	22,55%	1,68%
Materiais Básicos	15%	13%	7%	8%	12%	10,91%	3,32%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	28%	23%	24%	24%	26%	24,84%	1,78%
Saúde	1%	1%	1%	1%	1%	0,91%	0,10%
Tecnologia da Informação	0%	0%	0%	0%	0%	0,20%	0,01%
Telecomunicações	5%	5%	5%	5%	4%	4,95%	0,38%
Utilidade Pública	10%	11%	16%	17%	14%	13,69%	2,95%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100,00%	0,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Nota-se que os dois setores econômicos mais representativos, em média, foram o de Petróleo, Gás e Combustíveis (24,84%) e Financeiro e Outros (22,55%). Estes dois setores juntos correspondem a 47,39% do total do valor adicionado da amostra. Por outro lado, os dois setores com menor representatividade na geração de valor adicionado da amostra foram Tecnologia da Informação (0,20%) e Saúde (0,91%).

De modo geral, não se percebe grandes variações de representatividade dos setores neste período, como pode-se observar pelos números evidenciados no desvio padrão. Ainda assim, tem-se dois setores com uma variação acima dos demais. O setor de Materiais Básicos (3,32%), que pode ter sido um dos setores mais afetados pela crise econômica de 2015, e o setor de Utilidade Pública (2,95%), que tem em sua grande maioria empresas com regulação governamental.

4.2.1.2 Valor distribuído a pessoal – item 8.1 da DVA

A Tabela 6 demonstra a distribuição do valor adicionado a pessoal nos anos de 2013 a 2017 por setor econômico.

Tabela 6 – % do valor adicionado distribuído a pessoal por setor

Setor Econômico	2013	2014	2015	2016	2017	Média	Desvio Padrão
Bens Industriais	33%	36%	34%	32%	33%	33,48%	1,57%
Consumo Cíclico	31%	32%	37%	35%	34%	33,68%	2,26%
Consumo não Cíclico	28%	27%	26%	33%	34%	29,52%	3,75%
Financeiro e Outros	36%	32%	37%	31%	33%	33,89%	2,78%
Materiais Básicos	25%	28%	50%	36%	22%	32,23%	11,15%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	15%	19%	17%	17%	13%	16,10%	2,46%
Saúde	39%	40%	37%	31%	34%	36,32%	3,67%
Tecnologia da Informação	48%	51%	55%	56%	60%	53,89%	4,68%
Telecomunicações	9%	10%	10%	11%	11%	10,26%	0,99%
Utilidade Pública	22%	18%	13%	12%	15%	16,15%	4,21%
TOTAL	24%	25%	26%	24%	23%	24,65%	0,85%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

É possível observar que o setor que mais distribui valor a pessoal é o de Tecnologia da Informação, com uma média de 53,89%. Além disso, é o único setor que vem aumentando todos os anos a participação de pessoal na distribuição do

valor adicionado. Por outro lado, temos o setor de Telecomunicações sendo o que menos distribuiu valor a pessoal, com um percentual médio de 10,26%. Destaca-se, ainda, outros dois setores que distribuem valor bem abaixo dos demais, que são: Petróleo, Gás e Combustíveis (16,10%) e Utilidade Pública (16,15%).

Em média, estes setores da pesquisa distribuem em forma de remuneração direta, benefícios a funcionários e demais rubricas que fazem parte deste item da DVA, 24,65% do valor adicionado gerado. Esse percentual teve pouca variação durante os anos de 2013 a 2017, conforme demonstra o desvio padrão.

4.2.1.3 Valor distribuído a impostos, taxas e contribuições – item 8.2 da DVA

A Tabela 7 evidencia a distribuição do valor adicionado ao governo, através de impostos, taxas e contribuições no período de 2013 a 2017.

Tabela 7 – % do valor adicionado distribuído a impostos, taxas e contribuições por setor

Setor Econômico	2013	2014	2015	2016	2017	Média	Desvio Padrão
Bens Industriais	23%	23%	20%	18%	17%	20,23%	2,84%
Consumo Cíclico	26%	23%	19%	19%	21%	21,78%	3,17%
Consumo não Cíclico	32%	31%	27%	27%	35%	30,27%	3,49%
Financeiro e Outros	20%	23%	3%	30%	25%	20,18%	10,40%
Materiais Básicos	31%	22%	-7%	38%	23%	21,71%	17,11%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	54%	70%	65%	55%	56%	59,99%	6,96%
Saúde	21%	18%	21%	26%	25%	22,03%	3,15%
Tecnologia da Informação	23%	22%	21%	23%	23%	22,49%	0,98%
Telecomunicações	63%	58%	55%	55%	58%	57,64%	3,16%
Utilidade Pública	49%	50%	61%	54%	56%	53,91%	4,60%
TOTAL	38%	40%	35%	41%	39%	38,51%	2,17%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Percebe-se que os três setores que mais recolheram tributos, taxas e contribuições foram Petróleo, Gás e Combustíveis (59,99%), Telecomunicações (57,64%) e Utilidade Pública (53,91%), percentuais bem acima dos demais setores. O setor de Petróleo repassou ao governo, em 2014, setenta por cento (70%) do seu valor adicionado. Os setores que menos distribuíram valor ao governo foram o

Financeiro e Outros (20,18%), seguido pelo setor de Bens Industriais (20,23%) e Materiais Básicos (21,71%).

Os setores da pesquisa, em média, distribuíram ao governo através de impostos, taxas e contribuições, 38,51% do seu valor adicionado. Nota-se ainda que, excetuando-se o setor de Tecnologia da Informação, os demais setores tiveram oscilações no período de estudo.

4.2.1.4 Valor distribuído à remuneração de capitais de terceiros – item 8.3 da DVA

A Tabela 8 apresenta a distribuição dos valores adicionados a remuneração de capitais de terceiros nos anos de 2013 a 2017.

Tabela 8 – % do valor adicionado distribuído à remuneração de capitais de terceiros por setor

Setor Econômico	2013	2014	2015	2016	2017	Média	Desvio Padrão
Bens Industriais	29%	37%	58%	41%	36%	40,27%	10,62%
Consumo Cíclico	22%	25%	29%	32%	29%	27,54%	3,95%
Consumo não Cíclico	23%	26%	33%	28%	22%	26,18%	4,32%
Financeiro e Outros	4%	4%	6%	4%	4%	4,34%	0,77%
Materiais Básicos	41%	45%	156%	8%	30%	55,82%	58,03%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	19%	21%	36%	32%	29%	27,54%	7,01%
Saúde	29%	25%	23%	17%	13%	21,62%	6,40%
Tecnologia da Informação	8%	7%	9%	9%	8%	8,40%	1,10%
Telecomunicações	14%	16%	24%	23%	18%	18,63%	4,26%
Utilidade Pública	18%	19%	28%	21%	20%	21,18%	4,01%
TOTAL	20%	21%	36%	21%	21%	23,65%	6,90%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Observa-se que o setor que mais destinou valor, em média, à remuneração de capital de terceiros foi o setor de Materiais Básicos (55,82%), valor este muito superior aos demais. Percebe-se que o percentual que está acima dos demais é o do ano de 2015 (156%), o qual está diretamente relacionado aos acontecimentos do rompimento da barragem em Mariana, ocorrido naquele ano, evento de responsabilidade da Samarco, empresa pertencente a Vale S.A.

Já os setores que menos distribuíram valor ao capital de terceiros foram o Financeiro e Outros (4,34%) seguido pelo de Tecnologia da Informação (8,40%), percentuais bem abaixo dos demais setores.

Em média, os setores distribuíram 23,65% do seu valor adicionado aos financiadores externos de capital. Observa-se que este item de remuneração de capitais de terceiros apresenta uma variação superior (desvio padrão) aos demais itens de análise propostos nesta pesquisa. Dos dez setores pesquisados, oito tiveram em 2015 sua maior destinação, no período estudado, à remuneração de capital de terceiros.

4.2.1.5 Valor distribuído à remuneração de capitais próprios – item 8.4 da DVA

A Tabela 9 demonstra a distribuição dos valores adicionados à remuneração de capitais próprios nos anos de 2013 a 2017.

Tabela 9 – % do valor adicionado distribuído à remuneração de capitais próprios por setor

Setor Econômico	2013	2014	2015	2016	2017	Média	Desvio Padrão
Bens Industriais	14%	4%	-12%	9%	14%	5,77%	10,65%
Consumo Cíclico	20%	19%	14%	14%	16%	16,65%	2,92%
Consumo não Cíclico	14%	17%	15%	12%	9%	13,31%	3,03%
Financeiro e Outros	39%	42%	54%	34%	37%	41,29%	7,49%
Materiais Básicos	1%	2%	-89%	23%	24%	-7,85%	46,97%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	12%	-11%	-17%	-5%	2%	-3,71%	11,32%
Saúde	10%	17%	19%	26%	28%	19,93%	7,07%
Tecnologia da Informação	21%	20%	15%	11%	9%	15,23%	5,26%
Telecomunicações	14%	17%	12%	11%	13%	13,47%	2,35%
Utilidade Pública	9%	11%	-2%	12%	9%	7,81%	5,93%
TOTAL	17%	14%	4%	14%	16%	12,93%	5,21%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Nota-se que em média o setor que mais distribuiu valor adicionado foi o Financeiro e Outros (41,29%). O setor que menos distribuiu foi o de Bens Industriais (5,77%).

Percebe-se ainda que os dois setores que, em média, tiveram prejuízo e acabaram consumindo recursos de sócios e acionistas foram Materiais Básicos (-

7,85%) e Petróleo, Gás e Biocombustíveis (-3,71%). Ambos os setores com situações bem pontuais. No caso de Materiais Básicos, como já mencionado anteriormente, houve o rompimento da barragem em Mariana em 2015 de responsabilidade da Samarco, empresa pertencente a Vale S.A., o que acarretou um prejuízo de R\$ 45.996.622.000,00. E no setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis houve contabilização das perdas com corrupção em 2014 e ainda impairment de ativos em investimentos em 2015.

Na média, os setores destinaram para esta conta 12,93% do seu valor adicionado. Verifica-se que alguns setores foram mais afetados que outros na crise de 2015, o que acaba influenciando diretamente nos lucros e conseqüentemente na remuneração dos capitais próprios.

4.2.1.6 Valor distribuído a outras contas – item 8.5 da DVA

A Tabela 10 mostra o percentual distribuído a outras contas, apesar da estrutura da DVA não contemplar o item “outros” conforme demonstrado no capítulo 2 deste trabalho, algumas empresas acabam alocando valores nesta conta.

Tabela 10 – % do valor adicionado distribuído a outras contas

Setor Econômico	2013	2014	2015	2016	2017	Média	Desvio Padrão
Bens Industriais	1%	1%	0%	0%	0%	0,26%	0,36%
Consumo Cíclico	0%	0%	0%	0%	1%	0,35%	0,41%
Consumo não Cíclico	3%	0%	0%	0%	0%	0,72%	1,11%
Financeiro e Outros	0%	0%	1%	1%	0%	0,31%	0,22%
Materiais Básicos	3%	3%	-10%	-5%	1%	-1,90%	5,71%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	0%	0%	0%	0%	0%	0,07%	0,10%
Saúde	0%	0%	0%	0%	0%	0,11%	0,01%
Tecnologia da Informação	0%	0%	0%	0%	0%	0,00%	0,00%
Telecomunicações	0%	0%	0%	0%	0%	0,00%	0,01%
Utilidade Pública	1%	2%	1%	1%	0%	0,95%	0,44%
TOTAL	1%	1%	0%	0%	0%	0,26%	0,54%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Excetuando-se o setor de Materiais Básicos, que em 2015 e 2016 obteve percentuais negativos, mas que na média dos cinco anos ficou com -1,90%, os

demais setores obtiveram percentual entre 0% e 0,95%, o que demonstra a pouca relevância deste item para análise.

4.2.1.7 Distribuição do valor adicionado total

A Tabela 11 apresenta um resumo comparando como foi a distribuição de valor adicionado de cada setor econômico do estudo. Esta tabela demonstra a média dos anos de 2013 a 2017.

Tabela 11 – Distribuição do valor adicionado total por setor

Distribuição Valor Adicionado	Pessoal	Impostos	Remuner. Cap. Ter.	Remuner. Cap. Próp.	Outros	Total
Bens Industriais	33,48%	20,23%	40,27%	5,77%	0,26%	100,00%
Consumo Cíclico	33,68%	21,78%	27,54%	16,65%	0,35%	100,00%
Consumo não Cíclico	29,52%	30,27%	26,18%	13,31%	0,72%	100,00%
Financeiro e Outros	33,89%	20,18%	4,34%	41,29%	0,31%	100,00%
Materiais Básicos	32,23%	21,71%	55,82%	-7,85%	-1,90%	100,00%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	16,10%	59,99%	27,54%	-3,71%	0,07%	100,00%
Saúde	36,32%	22,03%	21,62%	19,93%	0,11%	100,00%
Tecnologia da Informação	53,89%	22,49%	8,40%	15,23%	0,00%	100,00%
Telecomunicações	10,26%	57,64%	18,63%	13,47%	0,95%	100,00%
Utilidade Pública	16,15%	53,91%	21,18%	7,81%	0,26%	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Percebe-se que há uma divergência entre os setores, cada um com sua particularidade. Alguns possuem maior carga tributária, outros privilegiam a remuneração com pessoal, e outros ainda, a remuneração de capital próprio ou de terceiros.

Já a Tabela 12 demonstra a quem foi destinado o valor adicionado gerado pelas empresas, no período de 2013 a 2017.

Tabela 12 – Distribuição do valor adicionado total

Distribuição Valor Adicionado	2013	2014	2015	2016	2017	Média	Desvio Padrão
Pessoal	24%	25%	26%	24%	23%	24,65%	0,76%
Impostos	38%	40%	35%	41%	39%	38,51%	1,94%
Remun. Cap. Terceiros	20%	21%	36%	21%	21%	23,65%	6,17%
Remun. Cap. Próprio	17%	14%	4%	14%	16%	12,93%	4,66%
Outros	1%	1%	0%	0%	0%	0,26%	0,48%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100,00%	0,00%

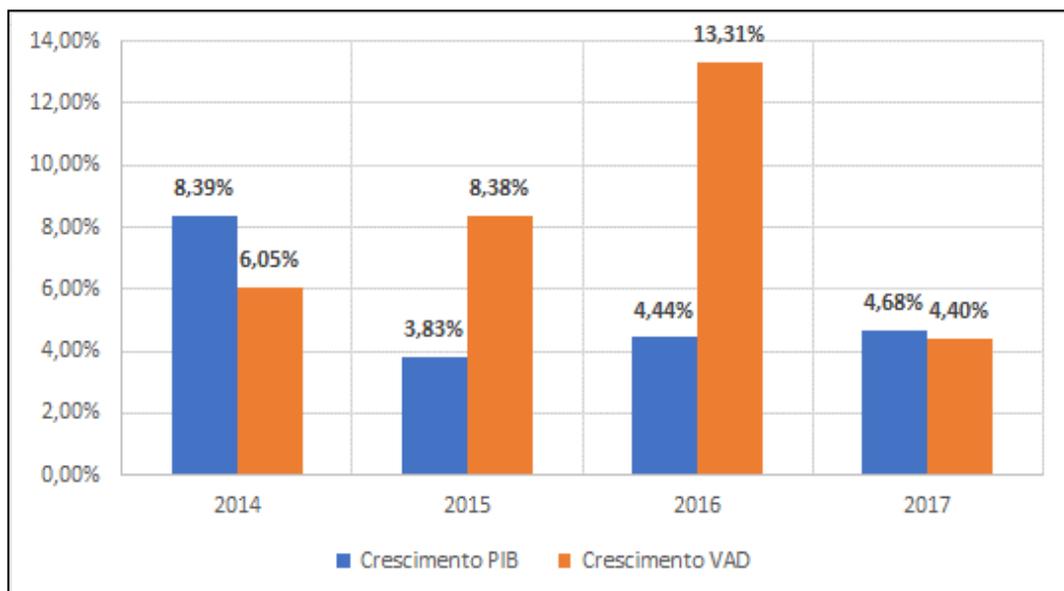
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Pode-se observar na Tabela 12 que o maior percentual do valor total distribuído pelas empresas da pesquisa é destinado a impostos, com 38,51%, seguido de pessoal (24,65%), remuneração de capitais de terceiros (23,65%), remuneração de capital próprio (12,93%) e outras contas (0,26%).

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comportamento de alguns indicadores econômicos é importante para se analisar o contexto no qual o presente estudo está inserido. Inicialmente, comparou-se a evolução do PIB com o crescimento do valor adicionado das empresas da amostra, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1 – Crescimento PIB X crescimento valor adicionado distribuído

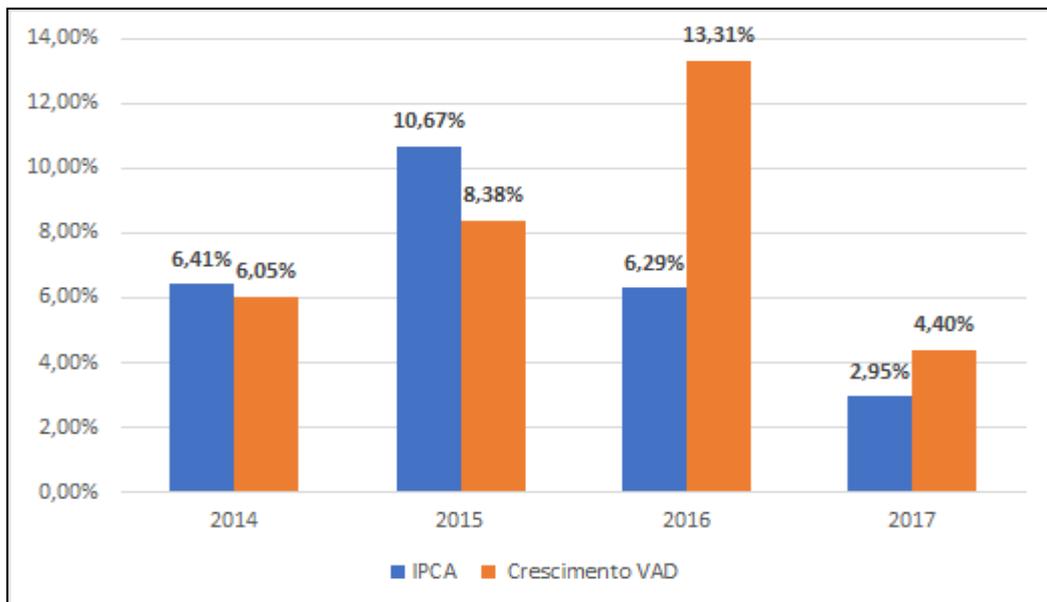


Fonte: IBGE (2018a) e Dados da Pesquisa.

Como pode-se verificar na Figura 1, não foi encontrada relação entre o crescimento nominal do PIB e o crescimento do valor adicionado das empresas da amostra. O que se percebe é que as empresas da amostra geraram valor adicionado maior que o PIB em 2015 e 2016, demonstrando que a crise econômica, que fez com que houvesse diminuição do PIB brasileiro, não afetou de forma direta estas empresas. A crise econômica deste período alterou a distribuição do valor adicionado e não a sua geração.

Outro indicador utilizado para contextualizar o estudo no cenário econômico foi o IPCA. Na Figura 2, demonstra-se a comparação com o crescimento do valor adicionado gerado pelas empresas do estudo.

Figura 2 – IPCA X crescimento valor adicionado distribuído



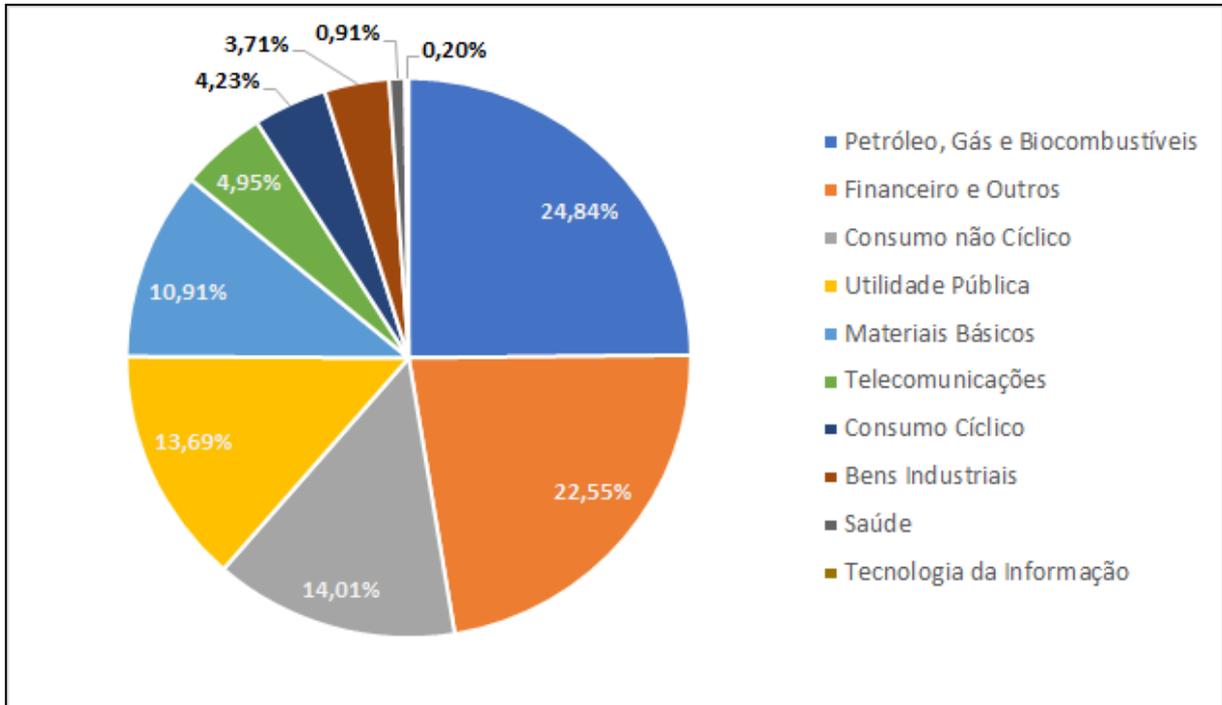
Fonte: IBGE (2018c) e Dados da Pesquisa.

Nota-se, na Figura 2, que em 2014 e 2015 o valor adicionado das empresas cresceu menos que a inflação IPCA, isto é, houve um decréscimo no valor adicionado gerado pelas empresas. Cabe ressaltar que a inflação em 2015 sofreu forte aceleração se comparada a outros anos e acabou superando o teto da meta do governo.

Já nos dois anos subsequentes, 2016 e 2017, onde o governo conseguiu controlar a inflação, o crescimento do valor adicionado foi superior à inflação, mesmo que em 2017 tenha sido registrado o menor crescimento do valor adicionado deste estudo.

Após esta contextualização com o PIB e a inflação, passou-se a analisar a representatividade de cada setor dentro do valor adicionado total da amostra, conforme Figura 3.

Figura 3 – Representatividade de cada setor na amostra

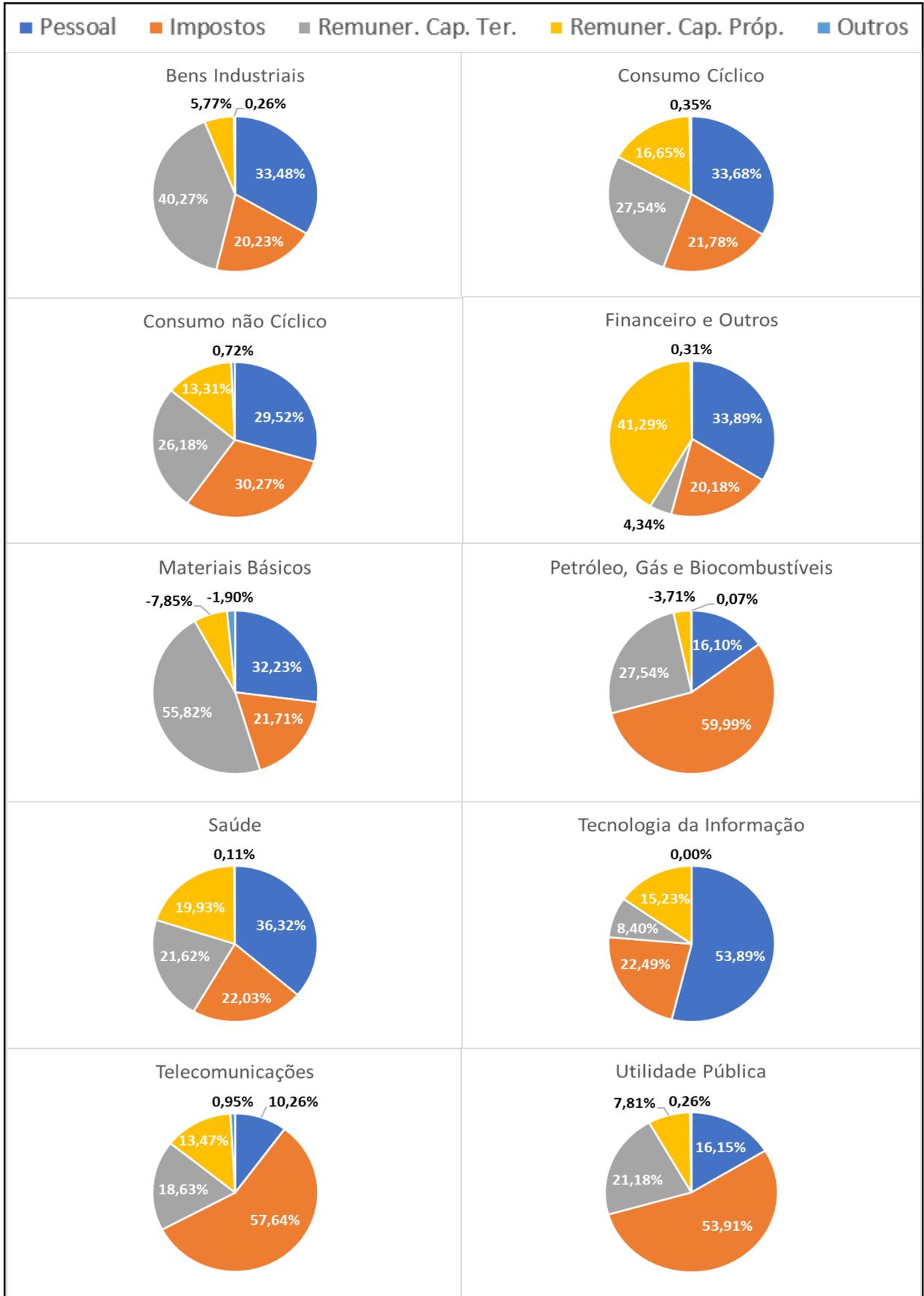


Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Percebe-se na Figura 3 que o setor econômico que mais gerou valor adicionado foi o de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (24,84%), seguido do setor Financeiro (22,55%). Estes setores juntos representam 47,39% do valor adicionado da amostra. No entanto, considerando o número total de empresas da amostra (96), ambos representam apenas 20,83% (20 empresas). Isso evidencia a importância deles na economia brasileira e na formação do PIB.

A Figura 4 demonstra como ocorreu a distribuição do valor adicionado nos dez setores analisados.

Figura 4 – Distribuição do valor adicionado por setor



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

De acordo com os resultados obtidos na distribuição do valor adicionado, percebe-se que não é formado um padrão geral nos diversos setores. Pode-se entender que cada setor possui suas próprias características intrínsecas à atividade, não sendo possível generalizar esses padrões. Visualiza-se, por exemplo, que os setores de Tecnologia da Informação e Saúde distribuem um valor maior a pessoal, pois são setores que possuem mão de obra qualificada. Isto é oposto do que ocorre no setor de Telecomunicações, que não necessita de mão de obra especializada.

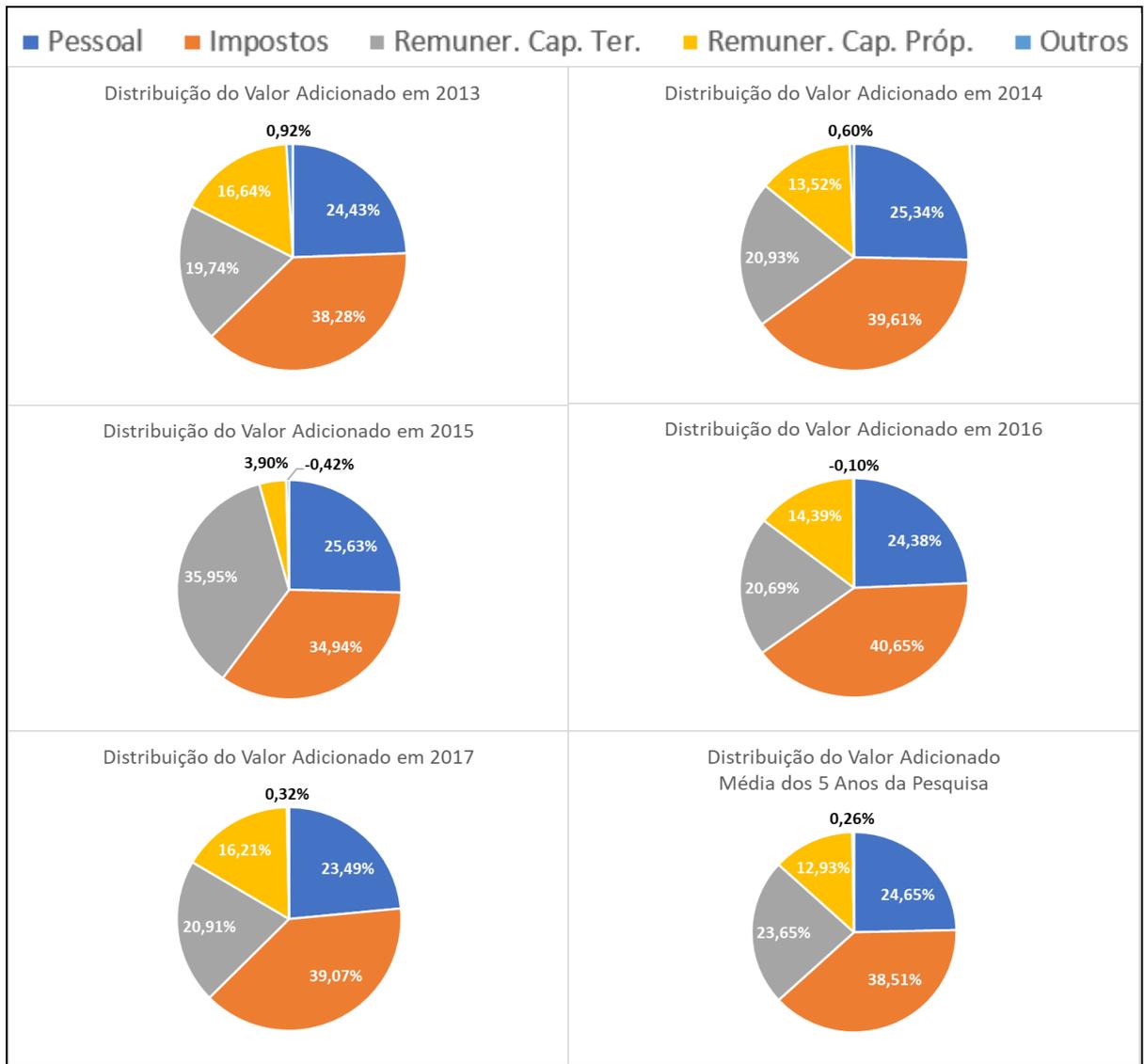
Já no valor destinado ao governo, através de impostos, taxas e contribuições, observa-se que os setores de Petróleo, Telecomunicações e Utilidade Pública são os que possuem a maior carga tributária. E o setor com menor carga tributária é o Financeiro e Outros, o que denota um desequilíbrio muito grande relativo à carga tributária no país.

Os itens da DVA que possuem maior variação são os de remuneração de capitais de terceiros e próprios. Aos financiadores externos, o setor que mais repassou valor foi o de Materiais Básicos (55,82%), já devidamente explicados os motivos. Em segundo lugar, ficou o setor de Bens Industriais (40,27%). Estes dois setores podem ter sido os mais afetados pela crise econômica de 2015, o que acaba refletindo na queda de receita e busca de capital externo para diminuir os efeitos da crise. Por outro lado, o setor que menos distribuiu valor à remuneração de capital de terceiros foi o Financeiro (4,34%).

Já para a remuneração de capital próprio ocorre justamente o inverso da remuneração de capital de terceiros. O setor que mais remunerou acionistas foi o setor Financeiro (41,29%). Já o setor de Materiais Básicos teve que consumir capital próprio (-7,85%).

A Figura 5 demonstra como foi a distribuição do valor adicionado de 2013 a 2017, levando-se em conta todas as empresas da amostra (96).

Figura 5 – Distribuição do valor adicionado (2013 a 2017)



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Observa-se na Figura 5 que há um padrão na distribuição do valor adicionado. Excetuando-se o ano de 2015, o percentual de distribuição nos demais anos sempre foi maior para o governo, seguido de pessoal, remuneração de capitais de terceiros e, por último, a remuneração de capital próprio.

É possível identificar uma diminuição na distribuição de valor para impostos no ano de 2015. Provavelmente isso seja efeito da crise econômica ocorrida neste período. Outro efeito da crise é a busca por capitais de terceiros, representando 35,95% do valor adicionado das empresas em 2015, e, conseqüentemente, uma diminuição da remuneração do capital próprio, caindo para 3,90% neste ano. As

empresas recorreram a financiadores externos, por vezes, mais oneroso, para tentar manter em dia suas obrigações devido à queda brusca de receitas.

O Quadro 6, demonstra as evidências empíricas de outros estudos e mostra alguns resultados encontrados no presente estudo.

Quadro 6 – Evidências empíricas

(continua)

Critério	Autor	Evidências anteriores	Presente estudo
Distribuição do Valor Adicionado (Dados Gerais)	Klöppel, Schnorrenberger e Lunkes (2013)	Empresas da amostra destinaram 39,0% do valor adicionado gerado para o governo, 25,1% para remuneração capital próprio, 18,8% para remuneração de capital de terceiros e 17,1% para pessoal.	As empresas destinaram ao governo 38,51%, 24,65% para pessoal, 23,65% para capitais de terceiros e 12,93% para remuneração de capitais próprios.
	Almeida e Silva (2014)	Em 2011 as empresas do estudo destinaram 52,32% ao governo, 16,81% a remuneração de capital próprio, remuneração de capital de terceiros com 16,26% e 14,61% destinados a pessoal.	
	Tinoco et al. (2011)	Entre 2005 e 2007 as empresas da amostra destinaram entre 37% a 39% para o governo, entre 27% e 29% para pessoal. Já para capital próprio destinaram entre 22% e 24% e capitais de terceiros entre 7% e 11%.	
	Santos et al. (2013)	A ordem de distribuição do valor adicionado no período de 1996 a 2002 foi: governo, capitais de terceiros, pessoal e capital próprio. Já de 2003 a 2009 a ordem foi a seguinte: governo, capital próprio, capital de terceiros e pessoal.	

Geração de Valor Adicionado	Grecco et al. (2010) Nunes, Ferreira e Araújo (2016)	Setor que mais gerou valor adicionado foi o de Energia. A Petrobrás representa 89% do valor total deste setor. Setor que mais gerou riqueza no biênio 2014-2015 foi o de Energia.	Setor que mais gerou valor foi o de Petróleo, Gás e Combustíveis, sendo que a Petrobrás representa 87,08% do total deste setor.
Distribuição de Valor Adicionado Setor Financeiro	Corsi (2016) Lancia et al. (2017)	Alta remuneração de capitais próprios, significativa remuneração de pessoal, pequena remuneração de capitais de terceiros e carga tributária abaixo da média nacional. Setor Financeiro foi o que destinou maior valor para capitais próprios.	Setor Financeiro e outros destinou 41,29% para capitais próprios, 33,89% para pessoal, 20,18% para o governo e apenas 4,34% para remuneração de capitais de terceiros.
Formação PIB	Guessser, Fedrigo e Einsweiller (2017)	Houve oscilação na participação das empresas da amostra no período de 2010 a 2015 na formação do PIB	Em 2013 a participação das empresas foi de 13,59%, em 2014 foi de 13,30%, em 2015 foi de 13,88%, em 2016 foi de 15,06% e em 2017 foi de 15,02%.
Crise econômica	Lancia et al. (2017) Nunes, Ferreira e Araújo (2016)	Não houve mudanças na destinação em sua maioria. Porém observa-se aumento da dependência de capitais de terceiros e diminuição de capitais próprios na maioria dos casos. Maior destinação do valor adicionado em 2015 foi para o grupo de remuneração de capital de terceiros.	Em 2015 auge da crise, as empresas destinaram 35,95% para remuneração de capitais de terceiros, 34,94% ao governo, 25,63% a pessoal e 3,90% a remuneração de capital próprio.

Carga Tributária	Santos et al. (2013)	Estudo entre 1996 e 2009 constatou a alta carga tributária no país, com as empresas da amostra distribuindo ao governo entre 45 e 49%.	Empresas destinaram em média de 2013 a 2017, 38,51% ao governo.
	Follmann, Paiva e Soares (2011)	Pesquisa analisou 90 empresas em 2008 e 2009 e na maior parte dos setores, o item mais representativo foi Impostos, Taxas e Contribuições.	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os resultados encontrados no presente estudo estão, em sua maioria, alinhados aos resultados encontrados em diversas pesquisas. Entre eles destaca-se, que de forma geral, a distribuição do valor adicionado foi semelhante, com pequenas diferenças onde as amostras e o período também foram diferentes.

No que se refere à geração de valor adicionado pelas empresas, percebe-se que o setor que mais gerou valor adicionado, tanto na pesquisa de Grecco et al. (2010) e Nunes, Ferreira e Araújo (2016), foi o de Energia, que corresponde no presente estudo ao setor de Petróleo, Gás e Combustíveis, sendo que a Petrobrás S.A. é a maior representante deste setor econômico.

Outro item de avaliação que pode ser destacado é que o setor financeiro possui uma distribuição diferente dos demais setores, constatado tanto na pesquisa de Corsi (2016) e Lancia et al. (2017), quanto no presente estudo. Este setor destina um valor maior à remuneração de capital próprio e uma parcela muito pequena é destinada à remuneração de capital de terceiros.

Com relação ao item participação das empresas na formação do PIB, nota-se que tanto na pesquisa de Guesser, Fedrigo e Einsweiller (2017), quanto no presente estudo, houve oscilações na representatividade dessas empresas na formação do PIB de cada estudo.

Outro item avaliado neste estudo e comparado com outras pesquisas é saber se houve alteração na forma de distribuição do valor adicionado durante a crise econômica de 2015. Evidencia-se na pesquisa de Lancia et al. (2017) e Nunes, Ferreira e Araújo (2016), que houve, durante esta crise econômica, uma dependência maior das empresas com relação ao capital de terceiros, constatada

também no presente estudo, inclusive ficando à frente da destinação ao governo, que era sempre maior em anos anteriores.

Com relação ao critério carga tributária, a pesquisa de Follmann, Paiva e Soares (2011), tanto quanto o presente estudo, identificou que o item Impostos, Taxas e Contribuições foi o que teve a maior distribuição do valor adicionado. Já a pesquisa de Santos et al. (2013), que estudou um período maior que o presente estudo, encontrou inclusive percentuais maiores de distribuição ao governo, o que demonstra a alta carga tributária praticada no país.

Através destes itens analisados e de demais possíveis indicadores a serem extraídos da DVA, percebe-se a relevância da mesma, como ferramenta de análise, tanto por parte das empresas, governos e terceiros, quanto pela sociedade, para que possam ter uma visão melhor de como ocorre a distribuição da riqueza gerada pelas empresas.

A DVA é uma demonstração de cunho social, que permite identificar a contribuição das empresas, setores ou um determinado grupo de empresas na geração de valor adicionado. Para o governo, a distribuição se dá através de impostos, e estes serão revertidos à população na forma de investimentos nas mais diversas áreas. Para os colaboradores, esta distribuição permite, além do sustento de suas famílias, aumento de recurso, impactando no crescimento da economia. Desta forma, percebe-se a importância desta demonstração, assim como do estudo.

5 CONCLUSÃO

A globalização da economia passou a exigir um aumento da responsabilidade por parte das empresas, ampliando a visão econômica que estas devem ter de seu desempenho. Nesse sentido, as demonstrações contábeis devem auxiliar para um melhor entendimento e relacionamento entre empresa e sociedade em geral. E a DVA, por evidenciar a geração e distribuição das riquezas das empresas, torna-se um instrumento importante para a transparência da gestão das empresas.

Percebe-se desta forma a importância das informações contidas nas DVA's tanto para a empresa, quanto aos usuários externos, sejam eles investidores, governo, fornecedores, sociedade, entre outros. Assim, este estudo teve como objetivo principal verificar como ocorreu a distribuição de riqueza das empresas que compõem o Índice Brasil 100 (IBrX 100) da Bolsa de Valores B3 no período de 2013 a 2017, através da análise das DVA's.

Verificou-se que as empresas distribuíram de forma diferente seu valor adicionado em cada ano. Percebe-se, entretanto, que, em média, 38,51% é destinado a impostos, seguido de pessoal (24,65%), remuneração de capitais de terceiros (23,65%), remuneração de capital próprio (12,93%) e outras contas (0,26%).

Para a verificação das hipóteses, classificou-se as empresas por setor econômico conforme classificação da B3, comparando como foi a distribuição da riqueza em cada setor.

Uma das hipóteses abordada antes da realização do estudo era de que a distribuição da riqueza gerada pela empresa variava conforme o segmento de atuação da empresa. O estudo evidenciou que esta hipótese é verdadeira. Os setores analisados possuem percentuais de distribuição muito diferentes entre os quatro índices extraídos da DVA (pessoal, governo, capital de terceiros e capital próprio).

Pode-se entender que cada setor possui suas próprias características intrínsecas à atividade, não sendo possível generalizar esses padrões. Como pode-se verificar, o setor de Tecnologia da Informação distribui um valor superior à pessoal do que os demais setores, em média 53,89% do seu valor adicionado.

Já no item de distribuição ao governo, os setores que possuem uma

regulamentação governamental maior são os que mais distribuem valor adicionado a Impostos, Taxas e Contribuições. No presente estudo, foram os setores de Petróleo, Gás e Combustíveis (59,99%), Telecomunicações (57,64%) e Utilidade Pública (53,91%).

No que se refere aos itens de remuneração de capital próprio e capital de terceiros, percebe-se que há uma variação considerável, mas pode-se destacar que o setor Financeiro e Outros distribui um valor bem maior que os demais à remuneração de capital próprio (41,29%), e um valor bem menor para a remuneração de capital de terceiros (4,34%). Nota-se ainda que setores que foram mais suscetíveis aos efeitos da crise econômica destinaram mais valor à remuneração de capitais de terceiros. É o caso do setor de Materiais Básicos e Bens Industriais, que destinaram, respectivamente, 55,82% e 40,27% aos capitais de terceiros.

Outra hipótese era que as crises econômicas poderiam afetar tanto a geração, quanto a distribuição de riqueza. Na geração de riqueza não foi identificado uma variação negativa durante o período da crise, porém o aumento da geração da riqueza foi menor que a inflação.

Ficou evidenciado que a crise econômica pode ter afetado a forma como foi distribuída a riqueza, com diminuição de arrecadação de impostos que em outros anos apresenta percentuais entre 38% e 40%, caindo para 34,94%. Nota-se ainda que a remuneração de capital próprio, que nos demais anos representava entre 12 e 16%, em 2015 foi de 3,90%. E o aumento da remuneração de capitais de terceiros, que representava entre 19 e 23% do valor distribuído, e em 2015 representou quase 36%.

Outro achado deste estudo, e que fica claro pelos números apresentados, é a alta carga tributária paga pelas empresas da amostra. O menor percentual distribuído foi em 2015 com 34,94% da riqueza gerada pelas empresas, porém no ano subsequente tivemos o maior percentual (40,65%). Estes percentuais acabam afetando a competitividade das empresas e diminuindo a capacidade de investimento das mesmas.

Deste modo, através da extração e análise das informações geradas pela DVA, é possível saber quanto uma empresa gerou de valor para a economia local ou regional, ou ainda, quanto ela contribuiu para a formação do PIB. Pode também servir de base ao governo, para auferir a carga tributária de cada setor econômico,

ou auxiliar o governo no estabelecimento de linhas de financiamento ou incentivos fiscais de acordo com a geração e distribuição da riqueza das empresas. Pode ainda servir de apoio ao planejamento tributário e estratégico das empresas. Enfim, percebe-se que a DVA é uma demonstração muito útil, de fácil compreensão, de extrema relevância e com informações que atendem um grande número de usuários.

Sugere-se para trabalhos futuros ampliar o número de empresas de cada setor, podendo também ampliar ou modificar o período de estudo. Como sugestão, pode-se dividir as empresas da amostra por ramo de atividade (indústria, comércio e serviços) ou ainda, dividi-las pela sua localização geográfica, para verificar as diferentes cargas tributárias por região. Além disso, podem ser feitas outras pesquisas, pois a DVA apresenta um vasto campo para estudos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neirilaine Silva de; MARTINS, Vidigal Fernandes; ALMEIDA, Liliane Silva de; SOARES, Marlon José Ferreira. A utilização da demonstração do valor adicionado na análise da produção e distribuição de riqueza entre os stakeholders: um estudo de caso da Petrobras. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 1, n. 33, p.34-41, 13 mar. 2009.

ALMEIDA, Renato Lopes de; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho. Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Uma análise de sua comparabilidade após tornar-se obrigatória no Brasil. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 19, n. 1, p. 95-110, 2014.

B3. **Metodologia do Índice Brasil 100 (IBrX 100)**. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/indice-brasil-100-ibrx-100.htm>. Acesso em: 30 ago. 2018.

_____. **Classificação Setorial**. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/acoes/consultas/classificacao-setorial/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BAZZI, Samir (Org.). **Contabilidade intermediária**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. 122 p.

BORINELLI, Márcio Luiz; PIMENTEL, Renê Coppe. **Contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais**: de acordo com os pronunciamentos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e IFRS (Normas Internacionais de Contabilidade. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2017. 484 p.

BRASIL. Constituição (1976). **Lei nº 6404**, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 05 abr. 2018.

_____. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 05 abr. 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 164 p.

CHAGAS, Gilson. **Contabilidade Geral Simplificada**: Demonstrações financeiras após alterações na lei das S.A's. e as sociedades empresariais à luz do novo Código Civil. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 338 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 421 p.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09**: Demonstração do Valor Adicionado. Brasília, 2008. 22 p.

CORSI, Darci Pereira. **A importância da demonstração do valor adicionado como um instrumento para análise:** um estudo da DVA dos bancos. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis e Atuariais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

CRCPR - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ (Curitiba). **Demonstrações Contábeis Obrigatórias.** 2013. Disponível em: <http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/mailling/html/2013_06_17_informativoFiscalizacao.html>. Acesso em: 10 maio 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade:** resumo da teoria, atendendo às novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2013. 360 p.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emilio José Montero. **Planejamento da pesquisa científica.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015. 157 p.

FAVERO, Hamilton Luiz; LONARDONI, Mário; SOUZA, Clóvis de; TAKAKURA, Massakazu. **Contabilidade:** teoria e prática. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011. 320 p.

FOLLMANN, Dione Andreia; PAIVA, Kamille Simas Ebsen de; SOARES, Sandro Vieira. Distribuição do valor adicionado nas empresas do Novo Mercado: análise setorial da destinação da riqueza em 2008 e 2009. **Revista Reunir**, v. 1, n. 2, p. 101-117, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017. 169 p.

GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Contabilidade Geral.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011. 352 p.

GRECCO, Marta Cristina Pelucio et al. **DVA – Demonstração do Valor Adicionado:** Uma análise do setor que mais contribui para a distribuição de riqueza. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2010.

GUESSER, Ana Paula Günther; FEDRIGO, Juliana; EINSWEILLER, André Carlos. Demonstração do Valor Adicionado: a evolução e a distribuição da riqueza das empresas catarinenses listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Ambiente Contábil**, v. 10, n. 1, p.200-222, 2018.

IBGE. **Série Histórica do PIB.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/7531a821326941965f1483c85caca11f.xls>. Acesso em: 05 set. 2018.

_____. **Cadastro Central de Empresas – CEMPRE.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/cempre/quadros/brasil/2016>>. Acesso em: 06 set. 2018.

_____. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.** Disponível em:

<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm>. Acesso em: 05 set. 2018.

KIJEWSKA, A.; BLUSZCZ, A.; SOJDA, A. Value added statement (VAS) of mining and metallurgical companies in Poland. **Metalurgija**, v. 54, n. 4, p. 737-740, 2015.

KLÖPPEL, Fábio; SCHNORRENBURGER, Darci; LUNKES, Rogério João. Análise da Geração e Distribuição da Riqueza Originada pelas Empresas que Compõem o Ibovespa por Meio da DVA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, [s.l.], v. 12, n. 34, p.23-39, 30 mar. 2013.

LANCIA, Bruna Nunes et al. Distribuição do valor adicionado nas empresas do novo mercado da BM&FBOVESPA em 2014 e 2015. **Revista Espacios**, v. 38, n. 23, p.30-47, 2017.

LINS, Luiz dos Santos; FRANCISCO FILHO, José. **Fundamentos e análise das demonstrações contábeis: uma abordagem interativa**. São Paulo: Atlas, 2012. 211 p.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do Valor Adicionado: Do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998. 104 p.

MACKEY, John; SISODIA, Rajendra. **Conscious capitalism, with a new preface by the authors: Liberating the heroic spirit of business**. Harvard Business Review Press, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=KZvBAgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 16 ago. 2018.

MACOHON, Edson Roberto; PICCOLI, Marcio Roberto; SILVA, Tarcísio Pedro da. Análise da Evidenciação da Criação e Distribuição da Riqueza das Empresas Brasileiras. **REA-Revista Eletrônica de Administração**, v. 16, n. 1, p. 25 a 42, 2017.

MARION, José Carlos; REIS, Arnaldo (Org.). **Mudanças nas demonstrações contábeis**. São Paulo: Saraiva, 2003. 159 p.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; CARNEIRO JÚNIOR, João Bosco Arbués; KÜHL, Carlos Alberto. **Análise Financeira das Empresas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. 356 p.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de contabilidade societária**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013. 889 p.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NUNES, Eduarda Conceição; FERREIRA, Luiz Felipe; ARAUJO, Alessandra Rodrigues Machado de. Demonstração do Valor Adicionado: Uma análise sobre a distribuição da riqueza gerada aos agentes econômicos. Florianópolis, **14º Encontro Catarinense de Estudantes de Ciências Contábeis**, 2016.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica**: contabilidade introdutória e intermediária. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2017. 435 p.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração e análise das demonstrações financeiras**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2015. 346 p.

RATHI, Ra. Value added statement: A new dimension to accounting communication. **International Journal Of Applied Research**, v. 3, n. 7, p.1193-1197, jul. 2017.

RIAHI-BELKAOUI, Ahmed. **Wealth and Value Added**: Reporting, Analysis, Prediction, and Taxation. North Charleston: Createspace Independent Publishing Platform, 2010. 224 p.

RIBEIRO, Osni Moura. **Demonstrações Financeiras**: Mudanças na Lei das Sociedades por Ações: como era e como ficou. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 246 p.

_____. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 264 p.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa Acadêmica**: Como Facilitar o Processo de Preparação de suas Etapas. São Paulo: Atlas, 2007. 177 p.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado**: Como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003. 261 p.

SANTOS, Ariovaldo dos; CUNHA, Jaqueline Veneroso Alves da; LUCA, Marcia Martins Mendes de; RIBEIRO, Maisa de Souza. A economia das empresas nos governos FHC e Lula: uma análise a partir da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 5, n. 1, 2013.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; GOMES, José Mário Matsumura; FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade Geral**: Atualizada pela Lei no 11.941/09 e pelas Normas do CPC até o documento de revisão de pronunciamentos técnicos nº 03/2013. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014. 124 p.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2017. 280 p.

SZUSTER, Natan; CARDOSO, Ricardo Lopes; SZUSTER, Fortunée Rechtman; SZUSTER, Fernanda Rechtman; SZUSTER, Flávia Rechtman. **Contabilidade geral: introdução à Contabilidade Societária**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2013. 363 p.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; MORAES, Pésio Belluomini; PELEIAS, Ivan Ricardo; CLARO, José Alberto Carvalho Santos; JOÃO, Belmiro do Nascimento. Estudo sobre a carga tributária de empresas brasileiras através da demonstração do valor adicionado (DVA) – período de 2005 a 2007. **Revista Ciências Administrativas**, v. 17, n. 1, p. 84-111, 2011.

VELTER, Francisco; MISSAGIA, Luiz. **Contabilidade Avançada**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.